

AES ELETROPAULO ATINGE LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 348,2 MILHÕES







Comentários do Sr. Rinaldo Pecchio - Diretor Vice-Presidente e Relações com Investidores

O mercado cativo na área de concessão da AES Eletropaulo apresentou crescimento de 4,4% no 3T11, alcançando 11.404 Gwh. O bom desempenho registrado pelas classes residencial e comercial explica o comportamento do mercado cativo. Os clientes livres, por sua vez, registraram crescimento de 3,7% no período, contribuindo para o incremento de 4,3% do mercado total.

A evolução do mercado afetou positivamente a receita líquida da Companhia que apresentou crescimento de 3,9% quando comparada à do mesmo período do ano passado. Da mesma forma, o desempenho do mercado contribuiu para a evolução do Ebitda e o lucro líquido, que também foram positivamente impactados por reversões de provisões trabalhistas e tributárias no valor de R\$ 73,2 milhões, pelo recebimento da 3ª parcela do acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) no montante de R\$ 75,5 milhões, e pelo reconhecimento de R\$ 54,3 milhões a título de correção monetária e juros de mora sobre a contribuição ao Finsocial. Assim, o Ebitda e o lucro líquido apresentaram crescimento de 6,6% e de 6,1%, respectivamente, sobre o mesmo período do ano passado.

No 3T11, os investimentos da Companhia foram 32,7% superiores aos realizados no 3T10, totalizando R\$ 204,8 milhões. O nível crescente de investimentos demonstra a preocupação constante da AES Eletropaulo em entregar um serviço com a mais alta qualidade aos seus clientes, o que pode ser verificado através da melhora dos indicadores operacionais.

Como evento subsequente, foi publicado Fato Relevante, no dia 31/10/2011, informando sobre a conclusão da venda da AES Atimus para a TIM. Com isso, o lucro líquido da AES Eletropaulo deverá ter um impacto de aproximadamente R\$ 457 milhões no 4T11.

	Aumento de 4,4% no consumo do mercado cativo		Receita Líquida superior em 3,9%		Crescimento de 6,6% no Ebitda		Elevação dos ratings pela Fitch		Redução de 0,4 p.p. em perdas		Investimentos de R\$ 529,5 milhões nos 9M11
---	--	--	----------------------------------	--	-------------------------------	--	---------------------------------	--	-------------------------------	--	---

R\$ milhões	3T10	3T11	Var (%)
Receita Líquida	2.461,7	2.556,7	3,9%
Despesas Operacionais ¹	(1.690,7)	(1.713,4)	1,3%
EBITDA	602,3	641,8	6,6%
Margem EBITDA	24,5%	25,1%	2,6%
EBITDA ajustado ²	641,7	668,4	4,2%
Margem EBITDA Ajustado	26,1%	26,1%	0,3%
Lucro/Prejuízo Líquido	328,1	348,2	6,1%
Margem Líquida	13,3%	13,6%	2,2%
Patrimônio Líquido (PL)	3.484,1	3.510,0	0,7%
Investimentos (Capex)	154,3	204,8	32,7%

INDICADORES	3T10	3T11	Var (%)
Dívida Líquida ³ (R\$ milhões)	2.543,5	2.915,9	14,6%
Dívida Líquida / PL (vezes)	0,7 x	0,8 x	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ⁵ (vezes)	1,0 x	1,2 x	
EBITDA Ajustado/ Desp. Fin. Consolidada (vezes)	-10,5 x	-6,1 x	

DADOS OPERACIONAIS	3T10	3T11	Var (%)
Mercado Cativo (GWh)	8.914,7	9.307,2	4,4%
Tarifa Média (R\$/GWh) ⁴	301,9	298,1	-1,3%
Funcionários	5.760	5.625	-2,3%
Consumidor/ Funcionários	1.062	1.119	5,4%

1 - Não inclui depreciação

2 - EBITDA ajustado com Fcosp

3 - Não inclui Operações de Leasing Operacional, adicionadas à dívida contábil em função da Lei nº 11.638

4 - Tarifa Média líquida (R\$/MWh)

5- 12 meses

São Paulo, 09 de novembro de 2011 - A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (BOVESPA: ELPL3 e ELPL4; ADRs negociadas no US OTC Market) anunciou hoje os resultados referentes ao terceiro trimestre de 2011. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto se estiverem indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números da controladora e em milhares de reais, conforme a Legislação Societária.

Escala	Ratings	Fitch ¹	S&P ²	Moody's ³
Nacional		AA	AA+	Aa1
Internacional		BBB-	BB+	Baa3

Últimas atualizações:

1 - Fitch elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 09/2011

2 - S&P elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 02/2010

3 - Moody's elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 03/2010

ELPL4: R\$ 30,80 (08/11/2011)

VALOR DE MERCADO: R\$ 5.154 milhões

VALOR DE MERCADO: US\$ 2.953 milhões

DESTAQUES 3T11

Operacionais

- ↑ Consumo total na área de concessão da AES Eletropaulo cresceu 4,3% em comparação ao 3T10, totalizando 11.404 GWh.
- ↑ Percentual de perdas dos últimos 12 meses foi de 10,6% ante 11,0% no mesmo período do ano anterior, apresentando redução de 0,4 ponto percentual.
- ↑ Os indicadores DEC e o FEC apresentaram redução de 13,8% (1,65 hora) e 10,6% (0,64 vez), respectivamente, quando comparados aos indicadores auferidos no 3T10.
- ↑ No 3T11, investimentos totalizaram R\$ 198,4 milhões, 33,1% superior aos realizados no mesmo período de 2010.

Financeiros

- ↑ Receita bruta totalizou R\$ 3.936,8 milhões, crescimento de 5,0% em relação ao 3T10, impulsionado pelo incremento de consumo das classes residencial e comercial.
- ↑ Recebimento integral da 3ª parcela do Acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo, no valor de R\$ 75,5 milhões.
- ↑ Redução do PMSO em 35,4%, comparado ao 3T10, na maior parte, devido ao recebimento do acordo referido acima e reversões trabalhistas e tributárias
- ↑ Ebitda de R\$ 641,8 milhões e Lucro Líquido de R\$ 348,2, aumentos de 6,6% e 6,1%, respectivamente, ante ao 3T10.

Regulatório

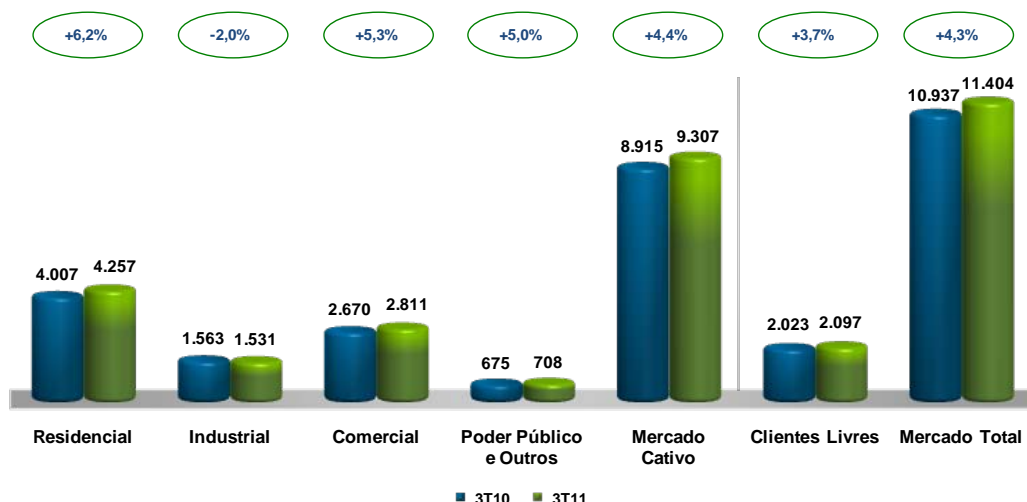
- ↔ A Aneel, em reuniões de diretoria ocorridas nos dias 08 e 09 de novembro, aprovou a metodologia do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, à exceção do item relativo às Outras Receitas.

Eventos Subsequentes

- ↑ Em 31/10/2011, foi finalizada a venda da AES Eletropaulo Telecom e da AES Com Rio para a TIM nos valores de R\$ 1.128 milhões e R\$ 473 milhões, respectivamente. Com a concretização da venda, o lucro líquido da AES Eletropaulo terá um impacto positivo de aproximadamente R\$ 457 milhões no 4T11.

CONSUMO

Comparação do Consumo* (GWh)



* Não considera consumo próprio

O mercado total da AES Eletropaulo encerrou o 3T11 com alta de 4,3% em relação ao mesmo período de 2010. O volume total atingiu 11.404 GWh no período, com destaque para o consumo dos clientes das classes comercial e residencial, impulsionados pelos indicadores de desemprego, renda real e as vendas físicas na Região Metropolitana de São Paulo que continuaram a apresentar crescimento em comparação ao 3T10.

O mercado cativo no 3T11, cuja participação no mercado total é de 81,6%, apresentou acréscimo de 4,4% em relação ao 3T10, totalizando 9.307 GWh. Esse desempenho teve influência, além do crescimento dos clientes residencial e comercial, de 1,3 dia a mais de faturamento (+111 GWh) e migração de 2 clientes para o ACL (Ambiente de Contratação Livre).

No acumulado do ano, o mercado total na área de concessão da Companhia apresentou crescimento de 4,9%. Esse desempenho foi impulsionado pelo acréscimo de 6,4% na classe residencial, em função do comportamento favorável dos indicadores de desemprego e renda, e pelo bom desempenho da classe comercial, que apresentou evolução de 5,2%, principalmente, em função do maior volume de vendas físicas no Estado de São Paulo¹. Além disso, foi registrado impacto positivo de 3,7 dias a mais de faturamento (+356 GWh) no período.

Desempenho do mercado por classe de consumo

Residencial

No 3T11, o consumo da classe residencial foi de 4.257 GWh, um crescimento de 6,2% em relação ao 3T10. O maior consumo no trimestre foi influenciado positivamente por: (i) queda na taxa de desemprego de 6,3% para 6,1%, entre set/10 e set/11 e do aumento de 0,7% da renda real na Região Metropolitana de São Paulo no 3T11, conforme Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (ii) incremento de 181 mil clientes nos últimos 12 meses findos em setembro de 2011; e (iii) 1,3 dias (+54 GWh) a mais de faturamento nos clientes

¹ Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE.

de baixa tensão. Se fossem desconsiderados os efeitos do número de dias de faturamento, a classe residencial apresentaria um crescimento de 4,8% no 3T11 em relação ao 3T10.

No acumulado até setembro, a classe residencial apresentou crescimento de 6,4% devido ao incremento de clientes acima mencionado, além do acréscimo de 3,9 dias de faturamento (+160 GWh).

Comercial

O total de energia distribuída para a classe comercial foi de 2.811 GWh no 3T11, apresentando acréscimo de 5,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, em linha com o bom ritmo de crescimento apresentado desde o início do ano. O crescimento do consumo foi impulsionado, principalmente, pelo: (i) aumento de 1,2 dia (+34 GWh) de faturamento no trimestre; e (ii) pelo incremento de 6,0%, no acumulado até ago/11, no volume de vendas do comércio varejista no Estado de São Paulo². A migração de clientes para o ACL (- 12 GWh) reduziu o desempenho da classe no período. Se fossem excluídos os impactos da migração ao ACL, a classe comercial teria crescido 4,4% no 3T11 em relação ao 3T10.

No acumulado do ano, a classe comercial apresentou crescimento de 5,2% influenciada pelo (i) impacto positivo de 3,6 dias a mais de faturamento (+113 GWh); (ii) incremento das vendas físicas conforme já mencionado, parcialmente compensados pela (iii) migração de clientes ao ACL (-105 GWh).

Industrial

No 3T11, o consumo da classe industrial cativa apresentou queda de 2,0% em relação ao mesmo período de 2010, com consumo de 1.531 GWh. O comportamento dessa classe foi positivamente impactado por 1,2 dia a mais de faturamento no 3T11 (+20 GWh) efeito que foi compensado pela migração de clientes para o ACL. Excluídos ambos os efeitos, a classe industrial teria crescido 0,5% no 3T11, refletindo a queda de 0,5% do setor no Estado de São Paulo no período na comparação com o 3T10, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. No 3T11 observou-se uma redução da produção industrial, que se iniciou no 2T11, e deve continuar até o final do ano.

Já no acumulado até setembro, a classe industrial cativa apresentou redução de 1,9% no consumo, devido principalmente à migração de clientes ao ACL (-280 GWh) que mais que compensou o efeito positivo de 3,6 dias a mais de faturamento (+57 GWh). Desconsiderando o impacto de dias de faturamento e migração ao mercado livre a classe industrial teria crescido 3,0% no período, refletindo o crescimento de 1,6% do setor no acumulado até set/11 no Estado de São Paulo, segundo pesquisa do IBGE.

Poderes Públicos e Outros (clientes rurais, iluminação pública, poderes públicos, tração elétrica, água/esgoto)

O consumo cativo das demais classes foi de 708 GWh no 3T11, acréscimo de 5,0% em relação ao 3T10, refletindo o aumento de 64 instalações, do crescimento do consumo dos poderes públicos e 1,3 dia de faturamento. Desconsiderando o efeito positivo de 2,1 GWh adicionais em função de mais dias de faturamento, as demais classes teriam crescido 4,7%.

No acumulado do ano, o consumo das demais classes apresentou crescimento de 4,5% devido ao incremento de instalações do poder público e ao efeito positivo de 3,7 dias a mais de faturamento (+26 GWh) no período.

Clientes Livres

Nos últimos 12 meses, 35 unidades consumidoras migraram para o ACL e 7 unidades retornaram para o ACR (Ambiente de Contratação Regulado). O efeito líquido dessa movimentação foi um acréscimo de 528 GWh no ACL e, consequentemente, a redução do mesmo volume no ACR.

² Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE.

Já no 3T11, 2 unidades consumidoras migraram para o ACL e 2 clientes retornaram para o ACR. Ao final desse trimestre, havia 286 unidades consumidoras livres na área de concessão da AES Eletropaulo.

O mercado faturado dos clientes livres foi de 2.097 GWh no 3T11, acréscimo de 3,7% quando comparado ao do mesmo período de 2010. Esse desempenho é resultado, basicamente, da migração líquida de clientes cativos ao ambiente livre, cujo efeito positivo foi parcialmente compensado pela redução de consumo desses clientes. Excluindo a migração ao ACL e retorno ao ACR, o consumo dos clientes livres teria crescimento de 0,1% em função da desaceleração da produção industrial no 3T11, que fez com que o consumo dos clientes dessa classe, principalmente composta por grandes clientes do segmento industrial, fosse reduzido.

No acumulado do ano, o mercado faturado dos clientes livres apresentou crescimento de 6,8% devido à migração de clientes cativos para o ambiente livre e ao crescimento de 2,3% do setor industrial no Estado de São Paulo, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

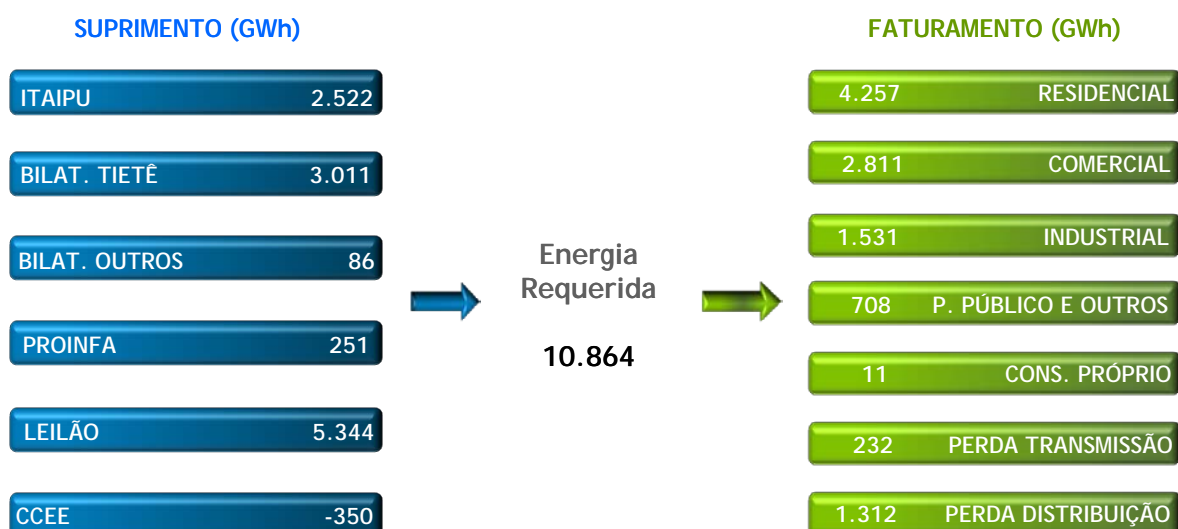
Até o final de 2011, há expectativa de migração adicional de 22 unidades para o ACL, representando um consumo médio mensal de 10,3 GWh. Além disso, ocorreu em outubro de 2011 a saída do primeiro cliente livre para a rede básica. Esse cliente representava 1,1% da carga total da AES Eletropaulo. O cliente livre que migra para a rede básica deixa de utilizar a linha de distribuição da Companhia e, portanto, deixa de pagar a Tarifa de Uso de Sistema de Distribuição (TUSD).

Cientes Livres	Período	número de unidades	GWh Faturado	Período	número de unidades	GWh Faturado no ano
Total de unidades	2T11	286	2.109	3T10	257	7.654
Unidades Novas e Cortadas (Líquido)	3T11	0	0	últimos 12 meses*	1	0
Migração para ACL ¹	3T11	2	3,4	últimos 12 meses	35	558
Retorno para o ACR ²	3T11	2	1,9	últimos 12 meses	7	30
Total de unidades	3T11	286	2.097	3T11	286	8.311

1 - ACL = Ambiente de Contratação Livre

2 - ACR = Ambiente de Contratação Regulado

BALANÇO ENERGÉTICO - 3T11



O nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A expectativa, de acordo com previsões internas, é de que a AES Eletropaulo encerre 2011 com um nível de contratação de 102,7%. Mantendo-se no patamar entre 100% e 103%, a Companhia evita exposições e penalidades, uma vez que está enquadrada nos limites estabelecidos pelo regulador.

No 3T11, a AES Eletropaulo acumulou sobre de 350 GWh de energia, que foi vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a um preço médio de R\$ 21,56/MWh, gerando uma receita de R\$ 7,6 milhões.

Perdas (%) - (últimos 12 meses)



O percentual de perdas é a taxa obtida através da divisão da diferença entre a energia medida na fronteira e a energia faturada aos clientes (descontada do faturamento retroativo da cobrança das fraudes) pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (50.313 GWh). Com base nessa metodologia, a perda física apurada nos últimos 12 meses foi de 10,6%, sendo dividida em perdas técnicas (6,5%) e comerciais (4,1%).

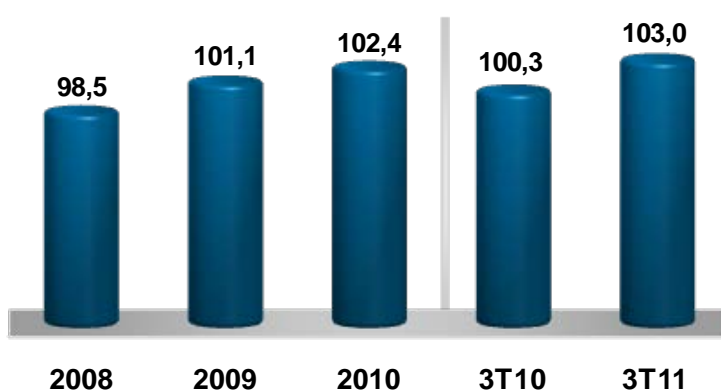
As perdas da Companhia, no 3T11, apresentaram redução de 0,4 ponto percentual em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação deve-se à adoção de iniciativas que integram o plano de redução de perdas cujos principais destaques são:

- (i) inspeções de fraude: no 3T11, foram realizadas 78,1 mil inspeções, que identificaram 10,3 mil irregularidades, enquanto no 3T10 foram realizadas 79,9 mil inspeções e encontradas 11,3 mil irregularidades. As inspeções têm sido direcionadas para segmentos de elevado histórico de irregularidades e maior impacto no volume de energia agregada;
- (ii) programa de recuperação de instalações cortadas: 14,0 mil instalações foram recuperadas no 3T11 ante 11,3 mil instalações no 3T10, o que representa crescimento de 23,5% entre os períodos. O objetivo deste programa é recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular;
- (iii) substituição de medidores obsoletos: no 3T11, foram substituídos 51,2 mil medidores obsoletos, o que representa um crescimento de 22,2% em relação aos 41,9 mil medidores substituídos no 3T10. A substituição de medidores obsoletos por equipamentos mais modernos, que permitem maior precisão de calibração e leitura, contribui para reduzir as perdas de faturamento por baixa eficiência de leitura; e
- (iv) regularização de ligações informais (clandestinas): no 3T11, foram regularizadas 13,0 mil ligações informais, contra 16,3 mil regularizações realizadas no 3T10. O volume de regularizações no trimestre foi menor devido às ações realizadas pela Companhia nos últimos anos, que têm contribuído para reduzir a quantidade de ligações informais.

No 3T11, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 151,7 GWh de energia, ante 144,3 GWh adicionados no 3T10. Esse montante é dividido da seguinte forma:

- (i) R\$ 18,3 milhões (58,6 GWh) em decorrência das inspeções de combate à fraude;
- (ii) R\$ 16,9 milhões (54,0 GWh) como resultado da regularização de ligações informais;
- (iii) R\$ 7,0 milhões (22,3 GWh) em função da substituição de medidores obsoletos e de outras iniciativas de combate a perdas; e
- (iv) R\$ 5,2 milhões (16,8 GWh) referentes à recuperação e retenção de clientes cortados.

Taxa de Arrecadação (% sobre receita bruta)



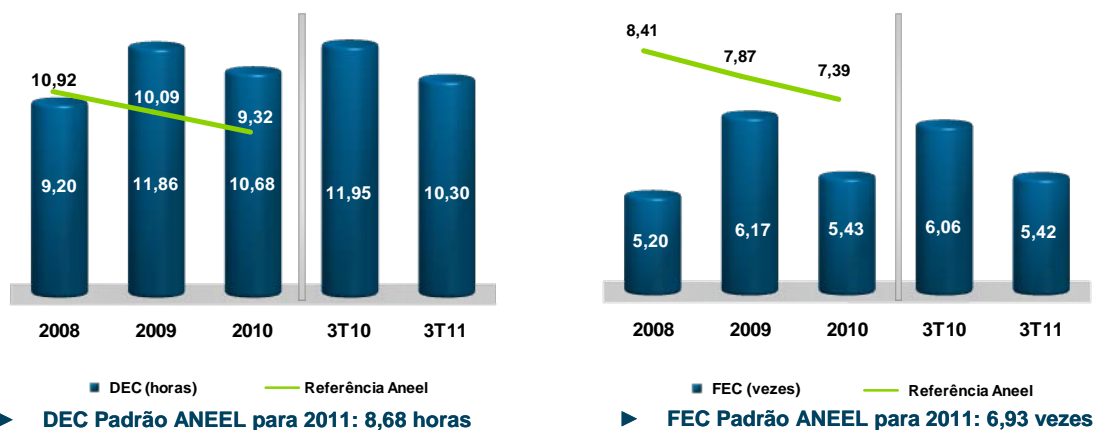
O cálculo da taxa de arrecadação considera a arrecadação total do período, dividida pela soma da receita de fornecimento, encargos e receitas de serviços constantes da fatura do cliente ajustado pelo consumo "não-faturado".

No 3T11, a taxa de arrecadação foi de 103,0%, comparada a 100,3% no mesmo período do ano anterior. Os maiores níveis apresentados no 3T11 refletem:

- (i) o recebimento de R\$ 75,5 milhões referentes à 3ª parcela do acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), comparado aos R\$ 37,5 milhões recebidos no 3T10, visto que o pagamento em 2010 foi realizado em duas parcelas nos meses de julho e novembro;
- (ii) o contínuo aprimoramento dos processos de cobrança e negativação, que contribuíram significativamente para o recebimento das faturas vencidas, além de estimular os clientes a pagarem as suas faturas em dia.

A média mensal de cortes no 3T11 foi de 97,0 mil, comparada a 101,9 mil no 3T10. O número médio mensal de religações atingiu 78,0 mil no 3T11, ante 97,6 mil no 3T10. As variações refletem as ações da Companhia que buscam maximizar a eficácia na gestão de cortes e religações.

DEC e FEC - (últimos 12 meses)



Os critérios de cálculo das medidas de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), definidos pela Aneel, consideram as interrupções acima de 3 minutos e, desse resultado, são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

Em 30 de setembro de 2011, os índices DEC e FEC dos últimos doze meses registrados pela AES Eletropaulo foram de 10,30 horas e 5,42 vezes, respectivamente, representando uma queda de 13,8% nos índices de DEC e 10,6% nos índices de FEC, em comparação ao mesmo período do ano passado.

O melhor desempenho dos indicadores é resultado dos crescentes esforços da Companhia em podas e manutenção da rede elétrica para a contínua melhora da qualidade dos serviços prestados. Dentre tais ações, destacam-se:

- (i) podas intensivas de árvores: em 2011, a Companhia manteve as ações de podas no mesmo patamar do que foi praticado no ano passado, que foi o dobro das podas realizadas em 2009. Ao final de setembro, haviam sido podadas 186 mil árvores e, até o final deste ano, a AES Eletropaulo planeja realizar um total de 276 mil podas; e
- (ii) instalação de religadores automáticos na rede de distribuição: no terceiro trimestre de 2011 foram instalados 179 religadores. Desde o final do ano passado, a Companhia instalou 1.179 religadores automáticos em sua rede de distribuição. Tal equipamento, ao religar automática e imediatamente a rede elétrica após um curto circuito, reduz sensivelmente os tempos de interrupção e a necessidade de deslocamento de turmas para a identificação de defeitos. Até o final de 2011, a Companhia planeja ter instalado um total de 1,5 mil religadores automáticos.

Desde o início de 2010, não há mais penalidade por transgressão dos limites de DEC e FEC. As eventuais transgressões são pagas por intermédio dos indicadores DIC (Duração de Interrupção por Unidade Consumidora), FIC (Frequência de Interrupção por Unidade Consumidora) e DMIC (Duração Máxima de Interrupção por Unidade Consumidora), ou seja, o ressarcimento é realizado diretamente ao consumidor. As metas para estes indicadores são individuais e levam em consideração tanto a característica da instalação do cliente (alta, média ou baixa tensão) como a localização geográfica da instalação. Entretanto, a Companhia continuará divulgando o resultado dos indicadores DEC e FEC que, por sua vez, continuarão a ser utilizados pelo regulador e pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) na divulgação do *ranking* anual de desempenho das concessionárias de distribuição de energia.

No 3T11, as penalidades pagas pela Companhia ao cliente por transgressões dos indicadores DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 6,3 milhões, montante R\$ 3,3 milhões superior em relação ao mesmo período

de 2010. Já o número de compensações foi reduzido em 0,5% na mesma base de comparação. O aumento do valor pago se deve aos efeitos do ciclone extratropical que atingiu a área de concessão da Companhia no dia 07 de Junho de 2011.

REGULATÓRIO - 3T11

3º Ciclo de Revisões Tarifárias

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária da AES Eletropaulo deveria ter ocorrido no dia 04 de julho de 2011. Porém, pelo fato de a metodologia a ser aplicada no 3º Ciclo de Revisão Tarifária não ter sido finalizada, a data de revisão da Companhia foi postergada.

Tal decisão é decorrente da Resolução Normativa 433/2011, divulgada pela Aneel no dia 12 de abril de 2011, por meio da qual o regulador definiu que as distribuidoras que tiverem revisão em 2011 teriam, quando necessário, as tarifas prorrogadas provisoriamente, por ato específico, até a publicação dos resultados definitivos dos processos de revisão tarifária. No caso da AES Eletropaulo, a resolução homologatória 1174 publicada do Diário Oficial no dia 04 de julho de 2011 prorrogou a vigência das tarifas homologadas no reajuste de 2010 até que a nova metodologia fosse aplicada.

A ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria realizada nos dias 08 e 09 de novembro de 2011, aprovou a metodologia do 3º ciclo de revisões tarifárias periódicas das Distribuidoras de energia elétrica, à exceção do item relativo às Outras Receitas, o qual deverá ser reavaliado e aprovado pela ANEEL nas próximas semanas. A documentação relativa à metodologia mencionada, aprovada pela Aneel, ainda não foi disponibilizada.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

No 3T11, a receita operacional bruta da AES Eletropaulo totalizou R\$ 3.936,8 milhões, acréscimo de R\$ 188,1 milhões ou 5,0% em relação ao mesmo período de 2010. Essa evolução é explicada pelo aumento de R\$ 131,5 milhões na receita de fornecimento, e de R\$ 56,6 milhões em outras receitas.

O crescimento da receita de fornecimento é resultado do:

- (i) bom desempenho das classes residencial e comercial, cujo consumo foi positivamente impactado pelo crescimento da renda real da população, pelo incremento do número de clientes, pela queda na taxa de desemprego, bem como pelo acréscimo no volume de vendas do comércio varejista.

Já o incremento na linha de outras receitas deve-se a:

- (i) variação positiva de R\$ 45,5 milhões relacionada ao reconhecimento da receita de construção refletindo o maior Capex do 3T11 em relação ao mesmo período de 2010. Essa receita é relacionada às obras executadas para atender aos clientes, de acordo com as normas do IFRS, com contrapartida no custo e, portanto sem impacto no resultado da Companhia; e
- (ii) ao crescimento de R\$ 6,1 milhões na receita de TUSD, explicado pelo aumento de 3,7% no consumo dos clientes livres na comparação do 3T11 com o 3T10.

Comparando os primeiros 9 meses de 2011 com o mesmo período de 2010, a receita operacional bruta alcançou R\$ 11.402,6 milhões, crescimento de 6,2% no período. Esse comportamento é explicado pelo:

- (i) bom desempenho do mercado total na área de concessão da Companhia, que apresentou crescimento de 4,9% no período;

- (ii) ao reajuste tarifário, com efeito médio percebido pelo consumidor de 1,62% em julho de 2010, que contribuiu para a evolução da receita no primeiro semestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010; bem como ao
- (iii) acréscimo de R\$ 129,4 milhões relacionado ao reconhecimento da receita de construção na mesma base de comparação.

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

As deduções representaram 35,1% da receita operacional bruta no 3T11, totalizando R\$ 1.380,1 milhões, crescimento de 7,2% em relação ao montante registrado no mesmo período de 2010.

Esse desempenho é explicado pelo:

- (i) acréscimo nos encargos de CCC (Conta de Consumo de Combustível) em R\$ 26,1 milhões, CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em R\$ 10,7 milhões e RGR (Reserva Global de Reversão) em R\$ 9,1 milhões, que refletem os novos valores despachados pela Aneel; e
- (ii) aumento de R\$ 45,3 milhões nos encargos tributários incidentes sobre a receita de fornecimento (ICMS, PIS, COFINS, ISS) decorrente da variação do faturamento entre os períodos.

Nos 9M11, as deduções apresentaram crescimento de R\$ 338,5 milhões, totalizando R\$ 4.031,5 milhões, o que representa acréscimo de 9,2% na comparação com o mesmo período de 2010. Essa evolução é explicada pelo aumento dos valores definidos pela Aneel para os encargos de CCC, RGR e CDE, bem como dos encargos tributários incidentes sobre a receita de fornecimento decorrente da variação do faturamento entre os períodos.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 3T11, a receita operacional líquida da AES Eletropaulo totalizou R\$ 2.556,7 milhões, 3,9% superior em relação ao 3T10. O crescimento é explicado pelo bom desempenho do mercado e da receita de construção que mais do que compensaram os maiores encargos do período.

A receita operacional líquida foi 4,6% superior na comparação dos 9M11 com o mesmo período de 2010, totalizando R\$ 7.371,1 milhões. Tal variação é decorrente do crescimento da receita bruta de fornecimento, principalmente pelo maior consumo dos clientes residenciais e comerciais, que representaram 97% do total desse grupo de receita. O bom desempenho da receita bruta de fornecimento mais do que compensou o aumento de tributos e encargos neste mesmo período.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

No 3T11, as despesas operacionais da AES Eletropaulo atingiram R\$ 1.713,4 milhões, montante 1,3% superior ao mesmo período de 2010. Nos 9M11, as despesas operacionais cresceram 2,5% em relação aos 9M10, totalizando R\$ 5.129,1 milhões.

As principais variações estão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
Parcela A	1.391,1	1.519,9	4.035,6	4.219,7	9,3%	4,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.115,9	1.177,7	3.187,9	3.322,4	5,5%	4,2%
Transmissão	275,3	342,2	847,7	897,3	24,3%	5,8%
PMSO	299,5	193,5	970,0	909,5	-35,4%	-6,2%
Pessoal	163,6	168,6	460,6	475,2	3,1%	3,2%
Materiais	10,4	11,3	26,1	36,0	7,9%	38,1%
Serviços de Terceiros	108,0	107,0	281,5	331,7	-0,9%	17,8%
Outros	17,5	(93,5)	201,8	66,5	-633,6%	-67,0%
Total	1.690,7	1.713,4	5.005,6	5.129,1	1,3%	2,5%

* Não inclui depreciação

Parcela A

De acordo com a metodologia de revisão tarifária, as despesas classificadas como "Parcela A" são repassadas para a tarifa. Com a adoção do IFRS, o resultado da Companhia não reflete mais os diferimentos da Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA. No entanto, a apuração da CVA continua sendo realizada de modo a atender às exigências da Aneel, permanecendo inalterado o controle da CVA de acordo com a metodologia de cálculo da "Parcela A". Maiores detalhes podem ser consultados na página 20 e nas Notas Explicativas n.º 32 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda

No 3T11, a despesa com compra de energia elétrica totalizou R\$ 1.177,7 milhões, crescimento de 5,5% em relação ao 3T10. Essa variação é resultado do efeito combinado do aumento de 3,0% no volume de compra de energia (10.864 GWh no 3T11 ante 10.549 GWh no 3T10) e queda de 1,1% no preço médio da energia comprada, em função:

- (i) AES Tietê: incremento de R\$ 54,8 milhões, devido ao reajuste de 8,65% no preço do contrato bilateral ocorrido em julho de 2011 e ao aumento de 2,9% do volume adquirido no período;
- (ii) Leilões: aumento de 3,0% (R\$ 14,6 milhões) em decorrência do crescimento de 11,3% no volume, resultado do início do suprimento de energia dos leilões de energia nova de 2006 e 2008, e redução de 8,4% no preço médio; e
- (iii) Itaipu: decréscimo de R\$ 9,3 milhões, em função da queda de 1,2% do volume de energia adquirida e da redução de 2,9% do preço médio, refletindo a menor tarifa de energia e cotação do dólar na comparação entre os períodos.

A despesa com energia elétrica para revenda nos 9M11 apresentou crescimento de 4,2% em comparação aos 9M10, totalizando R\$ 3.322,4 milhões. Os seguintes fatores explicam esse desempenho: (i) aumento de R\$ 225,6 milhões na compra de energia em leilões, compensado parcialmente (ii) pelo decréscimo de R\$ 59,5 milhões na aquisição de energia advinda de Itaipu.

Tarifa Média de Energia Comprada por Fonte - (R\$/MWh)	3T10	3T11	9M10	9M11	%3T10	%3T11	%9M10	%9M11
AES TIETÊ	159,6	173,2	154,6	164,9	28,9%	28,0%	28,3%	25,2%
ITAIPU	91,1	88,5	93,6	87,6	25,2%	23,4%	25,1%	23,3%
LEILÃO	105,4	96,5	92,4	93,1	45,1%	47,8%	46,0%	51,0%
OUTROS CONTRATOS BILATERAIS	180,3	176,9	174,3	161,9	0,8%	0,8%	0,5%	0,5%
Tarifa (R\$/MWh)	118,0	116,7	110,8	110,2	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Despesa com Encargos do Uso da Rede Elétrica e de Transmissão

As despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão totalizaram R\$ 342,2 milhões no 3T11, o que representa um aumento de 24,3% em relação ao mesmo período de 2010. Esse acréscimo deve-se, principalmente, ao acréscimo de R\$ 49,0 milhões nas despesas com Encargos de Serviços do Sistema (ESS) homologados pela Aneel para o período e ao incremento de R\$ 13,0 milhões com encargos de Rede Básica e ONS.

Já nos 9M11, as despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão cresceram 5,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 897,3 milhões. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento de R\$ 34,8 milhões com ESS na comparação entre os períodos.

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

No 3T11, as despesas da AES Eletropaulo com PMSO totalizaram R\$ 193,5 milhões, uma redução de 35,4% em relação aos R\$ 299,5 milhões registrados no 3T10. Os principais fatores que influenciaram essas despesas foram:

- (i) redução de R\$ 76,4 milhões em provisionamento para contingências, principalmente em função de reversões de processos trabalhistas e tributários;
- (ii) redução de R\$ 76,1 milhões com constituição de PCLD, principalmente relacionado ao recebimento da 3ª parcela do Acordo com a Prefeitura de São Paulo; e
- (iii) aumento de R\$ 15,5 milhões com despesas de pessoal, principalmente devido a reajustes salariais, cujos efeitos foram parcialmente compensados pela redução das despesas com o fundo de pensão.

Nos nove primeiros meses do ano, as despesas com PMSO somaram R\$ 909,5 milhões, montante 6,2% inferior ao apresentado no mesmo período de 2010. As variações são explicadas pelos seguintes fatores:

- (i) redução de R\$ 89,0 milhões nas despesas com provisão para contingências principalmente trabalhistas e cíveis;
- (ii) redução de R\$ 84,7 milhões com constituição de PCLD, principalmente devido ao recebimento da 3ª parcela do Acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo; e
- (iii) incremento de R\$ 60,1 milhões nas despesas com materiais e serviços de terceiros devido essencialmente a despesas com ações para recuperação de DEC e FEC e com os itens não recorrentes relacionados a consultoria, melhorias de TI e honorários advocatícios.

Pessoal

As despesas com pessoal estão subdivididas em três rubricas: (a) despesa com pessoal e encargos; (b) despesa com entidade de previdência privada; e (c) despesa com acordos e condenações judiciais conforme demonstrado abaixo:

Pessoal - em R\$ milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
Pessoal e Encargos	101,6	117,1	267,5	335,9	15,2%	25,6%
Entidade de Previdência	42,0	28,2	125,9	84,7	-32,7%	-32,7%
Acordos e Condenações Trabalhistas	20,0	23,3	67,2	54,6	16,7%	-18,7%
Total	163,6	168,6	460,6	475,2	3,1%	3,2%

- *Despesa com Pessoal e Encargos*

As despesas com pessoal e encargos cresceram 15,2% no 3T11 em comparação ao 3T10, totalizando R\$ 117,1 milhões. Essa variação deve-se ao aumento de:

- (i) R\$ 9,9 milhões referente ao reajuste de salários, benefícios e encargos relacionados ao acordo coletivo de junho de 2011, que ajustou os salários em 5,0%, além do programa de mérito; e
- (ii) R\$ 5,6 milhões em função da internalização de 1,2 mil entregadores de contas e leituristas a partir de agosto de 2010 (com contrapartida na linha de serviços de terceiros, que foi reduzida).

Nos 9M11, as despesas com pessoal e encargos totalizaram R\$ 335,9 milhões, o que representa um aumento de 25,6% em relação aos 9M10. A variação ocorreu principalmente devido aos reajustes salariais ocorridos em junho de 2010 e 2011 e à internalização de leituristas.

- *Despesa com Entidade de Previdência Privada*

Em função da boa rentabilidade alcançada pelos ativos do plano em 2010 e considerando as expectativas de rendimento, tanto dos ativos como dos juros sobre a obrigação atuarial, a despesa com entidade de previdência privada para 2011, de acordo com o cálculo atuarial, será de R\$ 113,0 milhões, 32,7% inferior a 2010.

Desta forma, as despesas com o Fundo de Pensão somaram R\$ 28,2 milhões no 3T11, totalizando R\$ 84,7 milhões nos 9M11.

- *Despesa com Acordos e Condenações Trabalhistas*

As discussões judiciais trabalhistas, quando finalizadas por intermédio de acordo ou condenação, são transferidas da linha de outras despesas operacionais para a linha de pessoal. Portanto, os valores apresentados nas despesas de pessoal representam apenas uma reclassificação entre linhas.

No 3T11, as despesas com acordos e condenações trabalhistas registraram incremento de 16,7%, totalizando R\$ 23,3 milhões ante R\$ 20,0 milhões no 3T10. O desempenho dessa conta deve-se principalmente ao aumento do número de acordos impulsionados pela semana de conciliação nacional, que impactou o 3T11. Em 2010, esse impacto ocorreu no 2T11.

Já nos nove primeiros meses de 2011, o montante foi de R\$ 54,6 milhões, uma redução de 18,7% em relação ao mesmo período de 2010. Nesse período, houve queda de 24,4% no número de acordos e condenações.

Despesa com materiais e serviços de terceiros

As despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 118,3 milhões no 3T11, mantendo-se praticamente estáveis em relação aos R\$ 118,4 milhões incorridos no 3T10. As principais variações ocorreram devido aos seguintes fatores:

- (i) incremento de R\$ 2,3 milhões referentes à ampliação no atendimento de call center, conforme anunciado no Plano de Ação 2011-2012 (pág. 24);
- (ii) aumento de R\$ 2,1 milhões com despesas não recorrentes com consultoria, relacionada à adoção de um projeto que visa ganhos de eficiência e melhorias na gestão de custos, com o objetivo de reduzir as despesas no médio e longo prazo. As despesas relacionadas a esse projeto, que foi iniciado no 3T10, permaneceram até setembro de 2011;
- (iii) redução de R\$ 4,6 milhões, na mesma base de comparação, das despesas relacionadas aos serviços de leitura e entrega, com a internalização de 1,2 mil leituristas.

De janeiro a setembro de 2011, a Companhia registrou um total de R\$ 367,7 milhões em despesas com materiais e serviços de terceiros, com incremento de 19,5% em relação ao mesmo período de 2010. Destacam-se as despesas relacionadas às ações de redução de DEC e de FEC, que totalizaram um aumento de R\$ 30,5 milhões ante os 9M10. Adicionalmente, as despesas não recorrentes com

consultoria e melhorias de TI aumentaram R\$ 14,3 milhões e R\$ 11,3 milhões, respectivamente. Por outro lado, as despesas com serviços de leitura e entrega foram reduzidas em R\$ 22,8 milhões.

Outras despesas operacionais

Acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo

Em 05 de Janeiro de 2009, a AES Eletropaulo assinou acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) a fim de receber débitos passados de fornecimento de energia além de outras dívidas de menor valor.

O acordo prevê a quitação dos débitos em quatro pagamentos, sendo R\$117,8 milhões em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no valor de R\$ 75,5 milhões, com vencimento, sucessivamente, em 30 de julho de 2010, 2011 e 2012.

Em 2009 e 2010, foram recebidos R\$ 268,8 milhões e em 29 de julho de 2011, a Prefeitura realizou o pagamento da terceira parcela no valor de R\$ 75,5 milhões. Ainda está previsto o recebimento da última parcela no valor de R\$ 75,5 milhões em 30 de julho de 2012. Já a terceira parcela foi paga em 29 de julho de 2011 em seu valor integral de R\$ 75,5 milhões.

Os impactos desse acordo nas demonstrações do 3T11 e do próximo pagamento podem ser verificados na tabela a seguir.

IMPACTOS DA PMSP NO RESULTADO - R\$ milhões				
	3T10	3T11	4T11 (e)	2012(e)
Despesas operacionais	36,4	75,5	(3,5)	61,3
PCLD	37,5	75,5	0,0	75,5
Iluminação Pública	(1,1)	0,0	(3,5)	(14,2)
Ebitda	36,4	75,5	(3,5)	61,3
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos	36,4	75,5	(3,5)	61,3
Impostos e Contribuição Social Diferido	(12,8)	(25,7)	0,0	(25,7)
Lucro Líquido	23,6	49,8	(3,5)	35,6

As principais despesas incluídas no grupo de outras despesas operacionais são: (a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Baixas; (b) Provisão e Reversão para Contingências; (c) Custas Judiciais (condenações) e (d) Demais Despesas, conforme detalhado no quadro abaixo.

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
PCLD e Baixas	(6,3)	(69,8)	64,0	(20,7)	-1007,0%	-132,3%
Provisão (Reversão) para contingências	(13,7)	(90,1)	25,0	(64,0)	-556,6%	-356,2%
Condenações e Acordos Judiciais	9,7	19,3	26,0	26,8	97,8%	2,9%
Demais *	27,8	47,2	86,8	124,5	69,7%	43,5%
Total	17,5	(93,5)	201,8	66,5	-633,6%	-67,0%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

As outras despesas operacionais apresentaram uma receita de R\$ 93,5 milhões no 3T11, uma redução de R\$ 111,0 milhões ante o 3T10. Essa variação ocorreu em virtude, principalmente:

- (i) da redução de R\$ 76,4 milhões na linha de provisão para contingências, na maior parte devido a reversões de provisões: (i) trabalhistas, no valor de R\$ 45,2 milhões, pois em virtude do julgamento favorável, em 2ª instância, e da mudança no entendimento do Tribunal Superior do Trabalho sobre processos de equiparação salarial em cadeia, os advogados da Companhia consideraram que houve redução de riscos e, como

consequência, adequaram as contingências a este novo risco e; (ii) tributárias, no montante de R\$ 28,0 milhões, relacionadas à discussão de dívida de IPTU de imóveis.

- (ii) da redução de R\$ 63,5 milhões na linha de PCLD e baixas, principalmente, devido ao recebimento integral da 3ª parcela do Acordo com a Prefeitura de São Paulo no valor de R\$ 75,5 milhões ante R\$ 37,5 recebidos no 3T10; e
- (iii) do aumento de R\$ 9,6 milhões em decorrência do maior número de acordos, impulsionados pela semana de conciliação nacional que em 2011 impactou o 3º trimestre e, em 2010, ocorreu no 2º trimestre.

Nos 9M11, foi registrada uma redução de 67,0% em outras despesas operacionais, que somaram R\$ 66,5 milhões em comparação a R\$ 201,8 milhões nos 9M10. Essa variação é explicada pelos seguintes fatores:

- (i) redução de R\$ 89,0 milhões na linha de provisões para contingências devido às provisões referentes a processos de complementação de aposentadoria registradas no 1T10 e que foram posteriormente revertidas no 4T10 em função do termo firmado com a Fundação CESP, além das reversões trabalhistas e tributárias do 3T11 mencionadas acima; e
- (ii) redução de R\$ 84,7 milhões na constituição de PCLD e Baixas.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

A conta de outras receitas e despesas apresentou uma despesa líquida de R\$ 201,4 milhões no 3T11, o que representa um acréscimo de R\$ 32,6 milhões em relação aos R\$ 168,8 milhões registrados no mesmo período de 2010. O principal motivo para tal variação é o aumento do valor das despesas de construção que totalizaram R\$ 208,4 milhões no 3T11, superior em R\$ 45,5 milhões na comparação com o mesmo período de 2010, refletindo o maior Capex despendido pela Companhia na mesma base de comparação. As despesas com construção passaram a ser contabilizadas como “Outras Despesas” após a adoção do IFRS e do ICPC 01 e são compensadas em “Outras Receitas” com valor correspondente.

Já na comparação dos 9M11 com os 9M10, foi registrado um acréscimo de R\$ 355,6 milhões, totalizando uma despesa de R\$ 525,8 milhões no acumulado do ano. Tal evolução é explicada pelo efeito não-recorrente da venda da AES Eletropaulo Telecom para a Brasileira no valor de R\$ 265,4 milhões, ocorrida em junho de 2010, e do aumento de R\$ 129,4 milhões nas despesas com construção.

EBITDA

A Companhia atingiu um Ebitda de R\$ 641,8 milhões no 3T11, montante 6,6% superior ao registrado no mesmo período do ano passado (R\$ 602,3 milhões). Os seguintes fatores contribuíram para esse desempenho:

- (i) receita de fornecimento 5,0% maior em função do bom desempenho do mercado cativo, influenciado principalmente pelo aumento do consumo das classes residencial e comercial;
- (ii) aumento de R\$ 6,1 milhões na receita de TUSD, influenciado pelo aumento de 3,7% no consumo dos clientes livres;
- (iii) redução de R\$ 106,0 milhões nas despesas com PMSO, influenciada principalmente pelos itens não recorrentes relacionados à reversão de provisão para contingências trabalhistas e tributárias (R\$ 73,2 milhões) e ao recebimento integral da 3ª parcela do Acordo com a Prefeitura de São Paulo (R\$ 75,5 milhões);
- (iv) elevação de R\$ 61,8 milhões nas despesas com compra de energia elétrica influenciada pelo aumento de 3,0% no volume comprado e pela queda de 1,1% no preço médio de energia; e

- (v) incremento de R\$ 67,0 milhões nas despesas com encargos do uso da rede elétrica e transmissão devido ao aumento de R\$ 49,0 milhões nas despesas com Encargos de Serviços do Sistema (ESS) homologados pela Aneel e à elevação de R\$ 13,0 milhões com encargos de Rede Básica e ONS.

No acumulado do ano, o Ebitda da Companhia totalizou R\$ 1.716,2 milhões, uma queda de 8,2% quando comparado ao do mesmo período de 2010, quando o Ebitda foi de R\$ 1.870,1 milhões. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:

- (i) elevação de 6,2% na receita operacional bruta principalmente devido ao bom desempenho do mercado total na área de concessão da Companhia e ao reajuste tarifário de junho de 2010, com efeito médio de 1,68%;
- (ii) queda de R\$ 60,5 milhões nas despesas com PMSO em função:
 - a. do efeito não recorrente da reversão de provisão para contingências conforme citado anteriormente (R\$ 73,2 milhões);
 - b. do recebimento do Acordo com a Prefeitura de São Paulo (R\$ 75,5 milhões); estes valores parcialmente compensados pelo
 - c. incremento de R\$ 60,1 milhões nas despesas com materiais e serviços de terceiros devido às ações de redução do DEC e FEC e outros itens não recorrentes, conforme mencionado na página 12.
- (iii) aumento de R\$ 184,1 milhões nas despesas operacionais relacionadas aos itens da Parcela A, em decorrência do maior volume de compra de energia em leilões e do incremento em ESS; e
- (iv) efeito não recorrente registrado no 2T10 referente à liquidação financeira da venda da AES Eletropaulo Telecom no valor de R\$ 265,4 milhões.

EBITDA Ajustado

O Ebitda da Companhia é ajustado pelas despesas referentes ao passivo com a Fundação CESP (confissão de dívida, reserva matemática e custo atuarial), para melhor refletir a geração de caixa operacional da Companhia uma vez que o saldo de obrigação com o fundo de pensão é considerado no saldo da dívida da AES Eletropaulo.

No 3T11, o Ebitda ajustado totalizou R\$ 668,4 milhões, apresentando uma elevação de 4,2% quando comparado ao do 3T10 (R\$ 641,7 milhões), influenciado pelo incremento de 6,6% no Ebitda, conforme já mencionado, e pela redução de R\$ 12,9 milhões nas despesas com a Fundação CESP.

No acumulado do ano, o Ebitda ajustado atingiu R\$ 1.796,1 milhões, montante 9,7% inferior ao mesmo período do ano passado, acompanhando a queda de 8,2% no Ebitda e a redução de R\$ 38,4 milhões nas despesas com Fundação CESP.

R\$ milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
Ebitda	602,3	641,8	1.870,1	1.716,2	6,6%	-8,2%
Ajustes						
Desp. Passivo - FCESP	39,5	26,6	118,4	80,0	-32,6%	-32,5%
Ebitda Ajustado	641,7	668,4	1.988,6	1.796,1	4,2%	-9,7%

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro - R\$ milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
Receitas financeiras:	78,6	116,7	202,1	254,8	48,5%	26,1%
Despesas financeiras:	(76,5)	(105,8)	(175,9)	(308,5)	38,4%	75,4%
Variação monetária e cambial líquida:	24,1	0,9	45,8	54,2	-96,2%	18,4%
Total Resultado Financeiro	26,2	11,8	72,0	0,5	-55,2%	-99,3%

O resultado financeiro líquido da Companhia no 3T11 foi uma receita de R\$ 11,8 milhões, inferior em 55,2% se comparada à receita líquida de R\$ 26,2 milhões registrada no mesmo período de 2010. Essa redução é explicada pelo:

- (i) reconhecimento de R\$ 54,3 milhões relacionado ao Finsocial (mais detalhes sobre o assunto em "Receitas Financeiras");
- (ii) impacto negativo de R\$ 32,4 milhões, decorrente da variação cambial relacionada à compra de energia de Itaipu;
- (iii) efeito positivo no 3T10 de R\$ 20,4 milhões referente à reversão de provisão de juros e multa correspondentes à contingência iniciada pela mudança na base de cálculo do COFINS instituída em 2004 (este item será melhor explicado em "Despesas Financeiras"); e
- (iv) decréscimo de R\$ 12,2 milhões no rendimento das aplicações financeiras, devido ao menor saldo médio de caixa no período.

Nos 9M11, o resultado financeiro foi uma receita líquida de R\$ 0,5 milhão, montante 99,3% inferior à receita de R\$ 72,0 milhões do mesmo período de 2010. Esse desempenho é devido aos seguintes fatores:

- (i) aumento de R\$ 13,2 milhões no rendimento das aplicações financeiras; e
- (ii) impacto positivo relacionado ao Finsocial (R\$ 54,3 milhões) nos 9M11; que foram compensados pelo
- (iii) acréscimo dos encargos da dívida (R\$ 13,6 milhões); e
- (iv) pelos itens positivos e não recorrentes dos 9M10 relacionados ao acordo com a massa falida do Banco Santos no montante de R\$ 106,3 milhões e por R\$ 20,4 milhões referentes à reversão de provisão de juros e multa correspondentes à contingência iniciada pela mudança na base de cálculo do COFINS.

Receitas Financeiras

No 3T11, as receitas financeiras da AES Eletropaulo totalizaram R\$ 116,7 milhões, o que representa acréscimo de 48,5% ou R\$ 38,1 milhões em relação ao mesmo período de 2010. Esse desempenho é explicado:

- (i) pelo reconhecimento do item não recorrente de R\$ 54,3 milhões, à título de correção monetária e juros de mora, sobre a contribuição do Finsocial; e
- (ii) pelo decréscimo de R\$ 12,2 milhões no rendimento das aplicações financeiras, devido ao menor saldo médio de caixa no período (R\$ 1.811 milhões no 3T10, ante R\$ 1.142 milhões no 3T11).

O item que menciona o Finsocial trata-se do seguinte:

No período de 1989 a 1992, a Companhia recolheu a contribuição ao Finsocial (Fundo de Investimento Social) com majorações de alíquotas (0,5% a 2%) que posteriormente foram reconhecidas como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para todas as empresas que exerciam atividade comercial ou mista (prestadora de serviços e comercial), razão pela qual a AES Eletropaulo impetrou uma ação judicial contra o Governo Federal em 30 de agosto de 1994. Em dezembro de 2008, o STF negou recurso apresentado pelo Governo Federal, e finalmente, em fevereiro de 2009, findou o prazo para apresentação de novo recurso por parte do Governo Federal, assim a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, favorável à Companhia, transitou em julgado.

Em função da decisão proferida pelo STF, a Companhia reconheceu, em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os montantes e as devidas correções relacionadas ao Finsocial, no valor de R\$ 194,0 milhões, líquido de impostos.

Porém, como a decisão acima mencionada não determinava a devolução da quantia relativa aos expurgos inflacionários (R\$ 54,3 milhões), a Companhia apresentou um novo recurso para que esta diferença também fosse recuperada.

Em função do julgamento definitivo deste recurso, em setembro/11, esse montante foi reconhecido no resultado à título de correção monetária e juros de mora (expurgos inflacionários). Tal montante não terá efeito caixa neste momento, pois será utilizado para compensar outros tributos federais assim que autorizado pela Receita Federal. A expectativa da Companhia é que o deferimento para compensações aconteça até o final de 2011.

No acumulado do ano, a receita financeira foi de R\$ 254,8 milhões, superior ao montante de R\$ 202,1 milhões do 9M10. O impacto positivo de R\$ 54,3 milhões da correção monetária do Finsocial e o aumento de R\$ 6,2 milhões no rendimento das aplicações financeiras, mais do que compensaram a redução de R\$ 4,8 milhões nas multas recebidas dos clientes.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras apresentaram crescimento de 38,3% (R\$ 29,3 milhões) no trimestre quando comparadas às do 3T10, totalizando R\$ 105,8 milhões. Essa variação é explicada pelo:

- (i) incremento de R\$ 3,3 milhões nas despesas relacionadas ao pagamento de penalidades por transgressão dos indicadores DIC, FIC e DMIC;
- (ii) aumento de R\$ 6,5 milhões nos encargos da dívida em função da elevação do CDI no período em 0,37 ponto percentual; e
- (iii) impacto positivo não recorrente no 3T10 de R\$ 20,4 milhões referente à mudança na base de cálculo do COFINS instituída em 2004, quando foram excluídos da base de cálculo os efeitos das despesas financeiras sobre empréstimos com efeito imediato, ou seja, contrariando o princípio da noventena.

Nos primeiros nove meses do ano, a Companhia apresentou despesa financeira de R\$ 308,5 milhões, o que representa aumento de 75,4% (R\$ 132,7 milhões) em relação ao montante apresentado no mesmo período de 2010. Tal variação pode ser explicada pelo:

- (i) acréscimo de R\$ 13,6 milhões no encargo de dívida em moeda nacional; parcialmente compensado pela
- (ii) redução de R\$ 7,7 milhões nas despesas com carta fiança; e pelos
- (iii) efeitos positivos e não recorrentes do 2T10 relacionados ao final da discussão sobre o acordo com a massa falida do Banco Santos (R\$ 106,3 milhões) e à reversão de provisão referente à mudança de cálculo do COFINS (R\$ 20,4 milhões).

Variações Monetárias e Cambiais Líquidas

No 3T11, as variações monetárias e cambiais líquidas apresentaram receita de R\$ 0,9 milhão, valor R\$ 23,2 milhões (ou 96,2%) inferior ao registrado no 3T10. A redução no período é explicada pelo:

- (i) impacto negativo de R\$ 32,4 milhões relacionado à variação cambial incidente sobre a compra de energia de Itaipu, devido à alta da cotação do dólar observada no trimestre; e
- (ii) pelo decréscimo de R\$ 3,6 milhões referente ao pagamento de juros das contas dos clientes.

Tais fatores foram parcialmente compensados pela:

- (iii) variação positiva de R\$ 6,3 milhões relacionados à variação monetária de depósitos judiciais; e
- (iv) pelo ganho de R\$ 7,2 milhões referente ao reconhecimento do ajuste da variação monetária sobre a energia livre, relacionado à Recomposição da Tarifária Extraordinária (RTE).

Nos nove primeiros meses de 2011, as variações monetárias e cambiais líquidas totalizaram receita de R\$ 54,2 milhões, superiores em 18,4% (ou R\$ 8,4 milhões) ao montante auferido no mesmo período de 2010. Tal crescimento é devido ao:

- (i) acréscimo de R\$ 12,9 milhões referentes ao reconhecimento do ajuste de variação monetária sobre a energia livre;
- (ii) aumento de R\$ 10,2 milhões em variação monetária de depósitos judiciais; e
- (iii) R\$ 5,6 milhões relacionados ao pagamento de juros das contas dos clientes; parcialmente compensados pelo
- (iv) impacto negativo de R\$ 22,2 milhões relacionados à variação cambial sobre o valor da energia comprada de Itaipu.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido da Companhia no 3T11 totalizou R\$ 348,2 milhões, montante 6,1% superior ao lucro líquido do 3T10. Tal variação é explicada:

- (i) pelo incremento de R\$ 94,9 milhões na receita líquida relacionado à elevação no consumo na área de concessão da Companhia; e
- (ii) pela redução nas despesas com PMSO de R\$ 106,0 milhões, devido, principalmente à reversão de processos trabalhistas e tributários (R\$ 73,2 milhões) e ao recebimento integral da 3ª parcela do Acordo com a Prefeitura de São Paulo (R\$ 75,5 milhões).

Esses itens foram parcialmente compensados pelo:

- (i) crescimento de 9,3% das despesas com itens da Parcela A em função de maiores gastos com compra de energia e elevação dos encargos de transmissão; e
- (ii) redução no resultado financeiro em R\$ 14,5 milhões, devido ao impacto negativo de variação cambial (R\$ 32,4 milhões), redução no rendimento das aplicações financeiras (R\$ 12,2 milhões), compensados por um aumento do saldo de itens não recorrentes em R\$ 33,9 milhões.

Nos primeiros nove meses do ano, o lucro líquido totalizou R\$ 885,4 milhões, queda de 14,6% quando comparado ao montante de R\$ 1.036,9 milhões registrado no mesmo período de 2010. A redução é explicada por:

- (i) acréscimo de 4,6% na receita líquida, devido à elevação no consumo do mercado total;

- (ii) aumento de R\$ 184,1 milhões nas despesas com itens da Parcela A, refletindo o maior volume de compra em de energia em leilões, bem como da elevação dos encargos de transmissão;
- (iii) redução de R\$ 60,5 milhões nas despesas de PMSO devido ao reconhecimento de R\$ 73,2 milhões decorrente da reversão de provisões, e ao recebimento integral da 3ª parcela do Acordo com a Prefeitura de São Paulo (R\$ 75,5 milhões); e
- (iv) redução de R\$ 355,6 milhões nas outras receitas e despesas devido à liquidação financeira da venda da AES Eletropaulo Telecom, ocorrida no 2T10, no montante de R\$ 265,4 milhões.

Ativos e Passivos Regulatórios

Segundo as normas da Aneel, a diferença entre os itens não gerenciáveis considerados no reajuste tarifário anual e/ou revisão tarifária e os valores efetivamente incorridos pelas distribuidoras, devem ser registrados, para efeitos regulatórios, em contas temporárias no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados Regulatórios das distribuidoras. Essas contas podem ser credoras ou devedoras, a depender da variação dos custos realizados nos ciclos. Os eventuais saldos dos ciclos serão adicionados ou reduzidos da tarifa no reajuste tarifário anual e/ou revisão tarifária seguinte e amortizados no próximo ano tarifário (período de 12 meses após a data do reajuste e/ou revisão).

A partir da adoção do IFRS nos balanços societários, as variações dos ativos e passivos regulatórios deixaram de ser diferidas e passaram a ser contabilizadas no resultado gerando assim volatilidade nos resultados da Companhia.

No quadro abaixo, demonstramos o impacto pro-forma das variações dos ativos e passivos regulatórios no resultado antes dos tributos da AES Eletropaulo.

Ativos e Passivos Regulatórios	3T10	3T11	9M10	9M11
Itens regulatórios a serem compensados em ciclos futuros	60,8	31,0	(4,2)	230,6
Itens regulatórios de ciclos anteriores	20,8	48,2	263,8	93,6
Total	81,6	79,2	259,6	324,2

No 3T11, a variação dos itens regulatórios em relação à tarifa resultou em um impacto positivo de R\$ 79,2 milhões no resultado antes dos tributos da Companhia, sendo que R\$ 31,0 milhões serão devolvidos através da tarifa no próximo ciclo. Os seguintes fatores explicam esse montante:

- (i) impacto positivo de R\$ 182,4 milhões em função da postergação da definição da metodologia do 3º ciclo de revisão tarifária. Tal valor foi calculado com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória, sob análise da Aneel, e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia do 2º ciclo. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo
- (ii) efeito negativo de R\$ 101,0 milhões devido ao aumento das despesas com encargos de RGR, CDE, ESS, CCC, TUSD, Rede Básica e ONS;
- (iii) R\$ 32,5 milhões referentes à compra de energia para revenda; e
- (iv) R\$ 24,6 milhões referentes à concessão de subsídio de baixa renda.

Nos 9M11, o resultado antes dos tributos da AES Eletropaulo foi impactado positivamente em R\$ 324,2 milhões, sendo que R\$ 230,6 milhões serão devolvidos aos clientes via tarifa em ciclos futuros. Esse montante é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) impacto positivo de R\$ 186,0 milhões referentes à compra de energia para revenda;
- (ii) R\$ 182,4 milhões devido à postergação da definição da metodologia do 3º ciclo de revisão tarifária, conforme mencionado; e
- (iii) R\$ 43,9 milhões referentes à expectativa de ajuste do Fator Xe do 2º ciclo tarifária; parcialmente compensados por

- (iv) R\$ 87,0 milhões referentes ao aumento das despesas com encargos de RGR, CDE, e TUSD;
- (v) R\$ 48,0 milhões devido à diferença positiva entre o preço da energia comprada por meio de contratos bilaterais e leilões e o preço de venda na CCEE. Essa venda é necessária para manter a Companhia dentro dos níveis de contratação regulatórios; e
- (vi) R\$ 40,1 milhões referentes à concessão de subsídio de baixa renda.

Na tabela abaixo, estão demonstrados os resultados antes dos tributos caso os ativos e passivos regulatórios ainda transitassem no resultado da Companhia.

Ativos e Passivos Regulatórios	3T10	3T11	9M10	9M11
Resultado antes dos tributos sem os itens regulatórios (IFRS)	503,8	527,9	1.567,2	1.339,2
Ativos e passivos regulatórios	81,6	79,2	259,6	324,2
Resultado antes dos tributos incluindo itens regulatórios	422,2	448,6	1.307,6	1.015,0

Os ativos e passivos regulatórios estimados da AES Eletropaulo acumulados no ciclo 2011/2012 a serem compensados em ciclos futuros totalizaram R\$ 88,5 milhões.

ENDIVIDAMENTO

Em atendimento às exigências da Lei nº 11.638, contratos de arrendamento mercantil e locação sob a rubrica de Leasing são considerados no saldo total da dívida da AES Eletropaulo. Ao final do 3T11, tais contratos representaram R\$ 13,3 milhões no saldo do endividamento da Companhia, inferiores ao montante de R\$ 16,0 milhões registrado no mesmo período de 2010. Para efeito de análise, tais valores não são considerados no saldo total da dívida.

Em 30 de setembro de 2011, a dívida bruta totalizava R\$ 3.794,1 milhões, R\$ 353,2 milhões inferior ao valor registrado no mesmo período de 2010, que alcançou R\$ 4.147,3 milhões. A redução de 8,5% na dívida bruta refere-se principalmente: (i) ao pagamento, em setembro de 2011, de R\$ 200 milhões referentes à 1ª parcela de amortização da 10ª emissão de debêntures; e (ii) à redução do saldo contabilizado da dívida com a Fundação CESP em R\$ 125,1 milhões, que totalizou R\$ 1.267,8 milhões ao final de setembro de 2011.

As disponibilidades somavam R\$ 878,1 milhões no fechamento do trimestre, valor R\$ 725,6 milhões inferior ao do mesmo período de 2010. Esse comportamento é devido, principalmente, aos pagamentos de dividendos ocorridos em maio e setembro, bem como à amortização da 10ª emissão de debêntures realizada em setembro de 2011.

No 3T11, a dívida líquida da Companhia somou R\$ 2.915,9 milhões, montante 14,6% superior ao saldo da dívida líquida do mesmo período do ano passado, principalmente devido à redução do saldo de disponibilidades, que mais do que compensou a queda da dívida bruta do período.

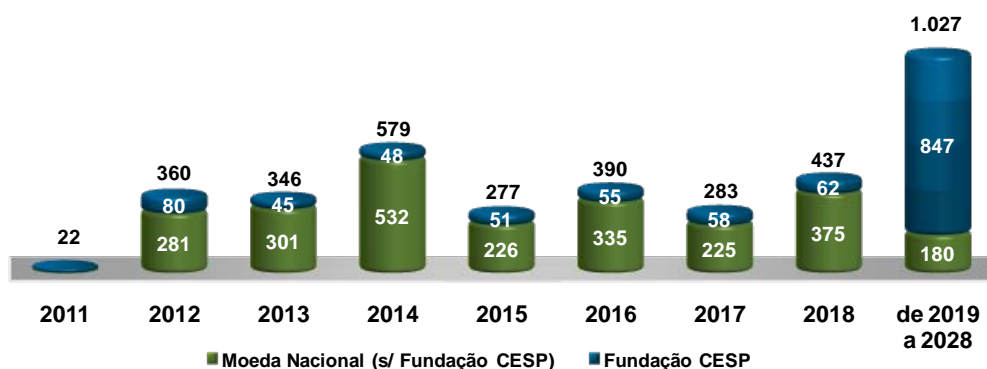
Considerando o Ebitda ajustado dos 12 meses findos em setembro de 2011, a Companhia apresenta indicador Dívida Líquida / Ebitda Ajustado de 1,2 vezes. O ajuste do Ebitda é referente às despesas junto à Fundação CESP, uma vez que essa obrigação é considerada para o cálculo do saldo da dívida.

Destques

- **Custo médio:** O custo médio da dívida total da AES Eletropaulo se manteve no mesmo patamar, passando de CDI + 1,22% a.a., em 30 de setembro de 2010, para CDI + 1,30% a.a. em 30 de setembro de 2011.
- **Prazo médio:** Em 30 de setembro de 2011, o prazo médio da dívida se manteve em 6,9 anos, mesmo patamar de 30 de setembro de 2010.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO - R\$ milhões (Principal)

Abaixo o cronograma de amortização contábil da dívida, que considera o diferimento dos custos relacionados às emissões:



Posição em 30/09/2011

R\$ milhões

Dívida	3.807,4
Disponibilidades*	878,1
Dívida Líquida	2.929,2
Leasing	13,3
Dívida Líquida sem Leasing	2.915,9

* Caixa + Títulos e Valores Mobiliários

INVESTIMENTOS

No 3T11, a AES Eletropaulo investiu R\$ 204,8 milhões, montante 32,7% superior ao investido no mesmo período de 2010. Do total, R\$ 198,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 6,4 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

De janeiro a setembro de 2011, o volume de investimentos da Companhia atingiu R\$ 529,5 milhões, apresentando aumento de 38,2% quando comparado ao investido no mesmo período de 2010. Os investimentos com recursos próprios totalizaram R\$ 513,3 milhões, enquanto os projetos financiados pelos clientes somaram R\$ 16,2 milhões neste período.

Investimentos - R\$ milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11x3T10	Var (%) 9M11x9M10
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	81,8	102,8	199,4	253,1	25,6%	27,0%
Manutenção	42,2	56,6	91,6	164,5	34,3%	79,5%
Recuperação de Perdas	17,8	8,4	50,3	27,9	-52,7%	-44,5%
Tecnologia da Informação	4,1	8,0	10,1	20,9	97,0%	106,9%
Outros	3,1	22,5	10,3	46,9	614,7%	354,2%
Total (c/ recursos próprios)	149,0	198,4	361,7	513,3	33,1%	41,9%
Financiado pelo cliente	5,3	6,4	21,5	16,2	20,5%	-24,9%
Total	154,3	204,8	383,2	529,5	32,7%	38,2%

A AES Eletropaulo planeja investir R\$ 743,9 milhões em 2011, sendo R\$ 714,5 milhões com recursos próprios e R\$ 29,4 milhões financiados pelos clientes. A Companhia acomodará os investimentos previstos no plano de ação 2011-2012 dentro do montante planejado no início do ano. Assim, serão priorizados os investimentos em manutenção e postergadas aquisições de terrenos para subestações, sem prejuízo no cronograma de energização. Além disso, haverá a adequação do cronograma de aquisição de equipamentos para os veículos sem prejuízo da atuação das equipes de emergência. Ainda assim, o Capex previsto para 2011 somará um recorde histórico para a AES Eletropaulo. Dentre os investimentos programados estão:

- manutenção de 5.251 km de redes de distribuição, o que representa um aumento de 50% em relação ao realizado em 2010;
- instalação de 1.218 religadores automáticos e 5.000 seccionalizadores automáticos;
- digitalização de relés de 102 subestações, com o objetivo de prevenir e agilizar a identificação de eventuais problemas na rede, tais como variações anormais de tensão e curtos circuitos. Com isso, todas as 149 subestações da Companhia serão digitalizadas; e
- previsão de 45,6 mil regularizações de ligações ilegais e substituição de 198 mil medidores obsoletos.

Principais Investimentos - 3T11 e 9M11

Expansão do Sistema e Serviços ao Cliente - Visa ao atendimento do crescimento do mercado e redução do risco de interrupção no fornecimento regular e em condições de emergência.

- O investimento em serviços ao cliente no 3T11 totalizou R\$ 49,4 milhões para atender à adição de 50,2 mil novos clientes, sendo que desses, 13,0 mil representam regularizações de ligações ilegais. No acumulado de 2011, o montante foi de R\$ 128,2 milhões atendendo à adição de 140,0 mil novos clientes dos quais 40,0 mil estão relacionados a regularizações de ligações ilegais.
- Foram investidos R\$ 53,4 milhões em expansão do sistema no 3T11, com destaque à inauguração da Linha de Transmissão Subterrânea Anhanguera - Casa Verde, ampliação de capacidade da Estação Transformadora de Distribuição (ETD) de Helena Maria totalizando 10 MVA de carga adicionada e a energização de nove novos circuitos primários de distribuição. Essas melhorias atendem a aproximadamente 900 mil clientes. Nos 9M11, foram investidos R\$ 124,9 milhões, com destaque para a energização de duas subestações digitalizadas, a ampliação de capacidade de três Estações Transformadoras de Distribuição (ETD), totalizando 258 MVA de carga adicionada, atendendo a aproximadamente 1,2 milhão de clientes.

Manutenção - Os objetivos desse tipo de investimento são: melhorar os indicadores de qualidade, proporcionar a continuidade do fornecimento, evitar acidentes com a população e modernizar a rede de distribuição.

- No 3T11, foram investidos R\$ 56,6 milhões em projetos de (i) manutenção preventiva e corretiva em 1.795 km da rede; (ii) automação do sistema elétrico com a instalação de 179 religadores automáticos e 116 seccionalizadores; e (iii) modernização da subtransmissão e redes subterrâneas.
- O montante investido de janeiro a setembro de 2011 foi de R\$ 165,6 milhões, principalmente destinados à manutenção de 3.936 km da rede, além da instalação de 897 religadores automáticos.

Recuperação de Perdas - Visa à diminuição das ligações ilegais, recuperação de receita e diminuição do risco para os clientes regulares da distribuidora.

- O total investido no 3T11 em recuperação de perdas foi de R\$ 8,4 milhões. Foram corrigidas 9,4 mil irregularidades por meio de inspeções de fraude e anomalias. Além disso, foram substituídos 51,1 mil medidores obsoletos.

- Nos nove primeiros meses de 2011, foram investidos R\$ 27,9 milhões destinados à correção de 29,5 mil irregularidades e substituição de 168,2 mil medidores obsoletos.

Outros

- O investimento de R\$ 11 milhões no período de janeiro a setembro de 2011 foi destinado à aquisição de guindastes, caminhões e outros veículos voltados principalmente ao: (i) suporte a empreiteiras para realização de obras de expansão da rede; e (ii) turmas de podas e emergência.

Plano de Ação 2011 - 2012

Visando à constante evolução dos serviços prestados aos seus clientes, a Companhia ampliou o plano anunciado em 5 de julho de 2011, que previa a destinação de R\$ 120 milhões em 2011 e 2012 para o atendimento ao cliente e novas equipes de eletricitas para manutenção, poda e construção. A AES Eletropaulo projetou R\$ 122 milhões adicionais a esse plano, referentes ao incremento de turmas de emergência, totalizando R\$ 242 milhões a serem despendidos nesses dois anos. Deste total, R\$ 59 milhões serão destinados a investimentos e R\$ 183 milhões a despesas operacionais.

Do total do plano, R\$ 129 milhões correspondem a 2011, dos quais R\$ 48 milhões estão sendo acomodados na projeção de investimentos da Companhia e R\$ 81 milhões integram as despesas operacionais. O restante dos recursos será despendido no próximo ano.

Até setembro de 2011, foram investidos R\$ 14 milhões e incorridas despesas de R\$ 24 milhões, destinados a disponibilidade de 353 turmas de emergências, ampliação de 38% na capacidade de *call center* e expansão de 100% na capacidade de recebimento de SMS, atingindo 100 mil torpedos/dia. Além disso, 276 eletricitas de manutenção e construção foram treinados e outros 30 eletricitas de podas foram contratados.

Em outubro, aumentamos 300 posições no atendimento de stand by no *call center* e até o final de novembro, terão finalizado o treinamento 240 eletricitas para atendimentos de emergência em linha viva. Além desses, 304 eletricitas de manutenção, construção e poda concluirão treinamento e se juntarão aos 276 já em atividade, totalizando 580 eletricitas adicionais. Além disso, também até o final do mês, haverá também ampliação da capacidade de atendimento eletrônico em 27 vezes, de 2 mil chamadas por hora para 54 mil chamadas por hora.

Durante o verão, época mais chuvosa do ano e com maior número de ocorrências, ainda serão adicionadas 120 turmas de emergências, totalizando 473 equipes que estarão disponíveis de dezembro até março. Após esse período, o total de turmas voltará a ser de 353.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

FLUXO DE CAIXA - R\$ Milhões	1T10	2T10	3T10	9M10	1T11	2T11	3T11	9M11
SALDO DE CAIXA INICIAL	1.249	1.470	1.786	1.249	1.664	1.748	1.043	1.664
Geração de caixa operacional	572	584	774	1.929	463	654	735	1.853
Investimentos	(135)	(115)	(156)	(406)	(197)	(156)	(190)	(543)
Despesa Financeira Líquida	(81)	(85)	(18)	(185)	(24)	(73)	(38)	(135)
Amortizações Líquidas	(14)	265	(14)	237	(15)	(66)	(213)	(294)
Despesas com Fundo de Pensão	(48)	(43)	(47)	(138)	(54)	(54)	(55)	(164)
Imposto de Renda	(73)	(109)	(153)	(335)	(81)	(107)	(113)	(301)
Recebimento venda EP Telecom	-	308	-	308	-	-	-	-
CAIXA LIVRE	221	804	385	1.410	93	197	125	415
Dividendos	-	(489)	(567)	(1.056)	(9)	(902)	(289)	(1.201)
SALDO DE CAIXA FINAL	1.470	1.786	1.604	1.604	1.748	1.043	878	878

O fluxo de caixa gerencial é um instrumento de gestão de caixa e, no caso da AES Eletropaulo, apresentará algumas diferenças em relação aos procedimentos contábeis que adotam regime de competência para fins de reconhecimento de resultados.

A distinção entre os regimes de caixa e competência explica a diferença entre a geração de caixa operacional e o Ebitda Ajustado da Companhia.

Destaques do Fluxo de Caixa do 3T11 em comparação ao 3T10:

- A geração de caixa operacional entre os períodos é explicada principalmente pelos fatores abaixo:
 - (i) crescimento de 4,3% do mercado total e incremento de 1,7 ponto percentual da taxa de arrecadação na comparação entre o 3T11 e o 3T10, excluindo os efeitos do recebimento do acordo com a PMSP em ambos os trimestres;
 - (ii) impacto positivo de R\$ 38,0 milhões no 3T11 referente ao recebimento integral da 3ª parcela do acordo com a PMSP (R\$ 75,5 milhões) neste trimestre em comparação aos R\$ 37,5 milhões recebidos no 3T10;
 - (iii) aumento de R\$ 75,9 milhões das despesas com compra de energia para revenda, refletindo o maior volume do período; e
 - (iv) aumento de R\$ 61,8 milhões com encargos de Conta de Consumo de Energia - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR na comparação entre os períodos.
- Aumento de R\$ 198,4 milhões nas amortizações líquidas explicado pelo pagamento de R\$ 200,0 milhões referente à 1ª parcela da 10ª emissão de debêntures.
- Aumento de R\$ 34,0 milhões no 3T11 no total de investimentos da Companhia no trimestre, na comparação com o 3T10.

A Companhia mantém suas aplicações em títulos públicos e CDBs com rentabilidade média de 102,1% do CDI no 3T11 contra 102,2% do CDI no 3T10.

Destaques do Fluxo de Caixa dos 9M11 em comparação ao 9M10:

- Geração de caixa operacional nos 9M11 apresentou redução de 4% em comparação aos 9M10.
- O aumento de R\$ 530,5 milhões nas amortizações líquidas é explicado, principalmente, pelo efeito combinado da: (i) emissão das 12ª e 13ª emissões de debêntures ocorridas no 2T10, no valor total de R\$ 800 milhões; (iii) pagamento dos *bonds* em Reais no valor de R\$ 474,0 milhões no 2T10; e (v) pagamento de R\$ 200,0 milhões referente à 1ª parcela da 10ª emissão de debêntures.
- Recebimento de R\$ 308,4 milhões no 2T10 referente à liquidação financeira da venda da AES Eletropaulo Telecom para a Brasileira.
- Incremento de R\$ 137,1 milhões no montante de investimentos da Companhia nos 9M11 na comparação com os 9M10.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Venda dos ativos da AES Atimus

De acordo com o Fato Relevante publicado em 31 de outubro de 2011, a Brasileira concluiu a venda para TIM Celular S.A. ("TIM"), das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. ("AES Eletropaulo Telecom") e das ações de emissão da AES Communications Rio de Janeiro S.A. ("AES Com Rio"), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas celebrado entre Brasileira e TIM em 8 de julho de 2011 ("Contrato").

A Brasileira recebeu R\$ 1.074,2 milhões pelas quotas da AES EP Telecom e R\$ 447,5 milhões pelas ações da AES Com Rio de sua propriedade, dos quais R\$14 milhões e R\$6 milhões, respectivamente, ficarão retidos em conta garantida pelo prazo máximo de 42 meses, de forma a garantir eventuais obrigações da Brasileira, nos termos do Contrato.

Conforme previsto no Contrato, o preço inicial pago pelas ações e quotas foi calculado levando em consideração o endividamento líquido da AES EP Telecom e AES Com Rio, segundo definição do Contrato e estimativa realizada pela Brasileira para a data de 31 de outubro de 2011 ("Endividamento Líquido"), estimativa essa realizada no dia 24 de outubro de 2011. Tal cálculo será verificado pela TIM e, caso haja consenso, o preço inicial pago nesta data será considerado como final. Caso contrário, o preço inicial poderá ser ajustado conforme cálculo do valor de Endividamento Líquido, a ser feito por empresa especializada. O processo de confirmação do preço inicial, nos termos do Contrato, deverá ser concluído em até 65 dias úteis a contar da data da publicação do Fato Relevante.

O preço final poderá, ainda, sofrer ajustes em função do pagamento de eventuais obrigações de responsabilidade da Brasileira nos termos do Contrato, sujeito aos limites acordados entre as partes para tais obrigações, que são de R\$56 milhões em relação AES EP Telecom, e de R\$ 24 milhões, em relação à AES Com Rio.

Na forma do art. 245 da Lei nº 6.404/76, e descontando o valor da liquidação financeira do contrato celebrado em 2005 entre Brasileira e AES Eletropaulo para a venda das quotas da AES EP Telecom ("Contrato Brasileira-Eletropaulo"), ocorrida em junho de 2010, a Brasileira efetuou pagamento compensatório à AES Eletropaulo, em 31 de outubro de 2011, a título de ajuste de preço, no montante de R\$ 693,3 milhões. O pagamento compensatório corresponde à diferença entre o valor pago pela TIM à Brasileira pelas quotas da AES Eletropaulo Telecom, deduzido do montante retido na conta garantida e dos gastos, custos e despesas incorridas pela Brasileira com a implementação da venda das referidas quotas, e o valor de R\$ 308 milhões pago pela Brasileira à AES Eletropaulo, em 24 de junho de 2010, pelas quotas da AES Eletropaulo Telecom, corrigido pela SELIC até a data do Fato Relevante.

O pagamento compensatório está sujeito aos mesmos ajustes aos quais está sujeito o preço pago à Brasileira pelas quotas da AES Eletropaulo Telecom. Não havendo ajustes no preço inicial pago pelas quotas da AES Eletropaulo Telecom, o pagamento compensatório produzirá um impacto positivo de aproximadamente R\$ 457 milhões no lucro líquido da AES Eletropaulo. A Administração da AES Eletropaulo fará proposta de destinação do resultado de 2011 à assembleia geral ordinária de 2012, observado o disposto nos Arts. 193 a 203 da Lei nº 6.404/76 e no estatuto social da companhia.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível II de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL3 (ordinárias) e ELPL4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs negociadas no mercado de balcão norte-americano sob as regras 144A e "Reg S".

As ações preferenciais integram o Ibovespa, índice que retrata o comportamento dos principais papéis negociados na BM&FBovespa, o IBX-50, que mede o desempenho das ações mais negociadas na bolsa e também o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (Itag), que mede o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que oferecem melhores condições aos acionistas minoritários no caso de alienação do controle.

A Companhia faz parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. A AES Eletropaulo integra esse índice desde sua criação, refletindo o comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade empresarial. Além disso, também integra o Índice de Energia Elétrica (IEE), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico.

A partir de janeiro de 2011, a Companhia passou a integrar o Índice Carbono Eficiente (ICO2), desenvolvido pela BM&FBovespa em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que inclui em sua carteira somente as companhias que adotam práticas transparentes com relação às emissões de gases de efeito estufa. A AES Eletropaulo monitora e

afere suas emissões de gases de efeito estufa de maneira transparente, reforçando seu compromisso com as questões climáticas e de meio ambiente.

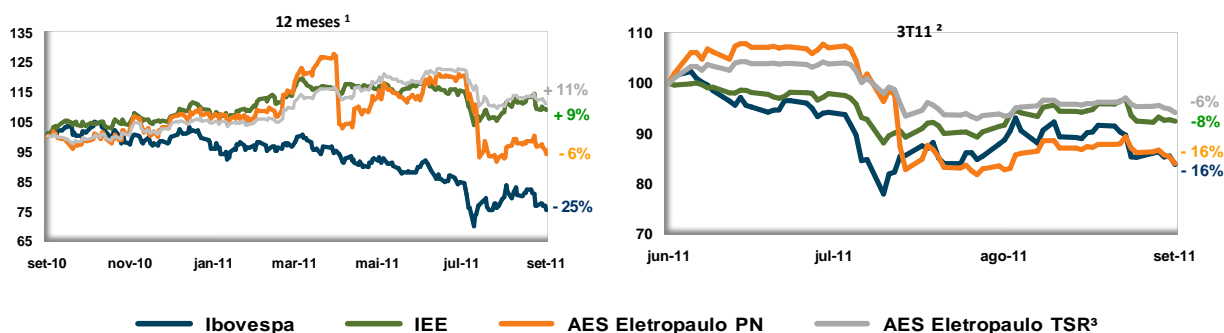
DESEMPENHO DA AÇÃO

As ações preferenciais da AES Eletropaulo encerraram o mês de setembro cotadas a R\$ 28,46, uma desvalorização de 15,9% no 3º trimestre de 2011. Contribuiu para esse desempenho a aprovação dos dividendos do 1º semestre de 2011 em 05 de agosto, tendo como data *ex dividends* 06 de agosto. Desconsiderando esse efeito, a ação preferencial da Companhia teria desvalorizado 5,8% no período. Já o Ibovespa e o IEE apresentaram desempenho inferior ao das ações preferenciais da Companhia, registrando queda de 16,2% e 7,5%, respectivamente, na mesma base de comparação.

Durante o 3º trimestre, a ação ELPL4 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de 242.093 negócios, envolvendo cerca de 61,9 milhões de ações preferenciais e com volume médio diário de R\$ 30,2 milhões no 3T11, no mercado à vista no.

AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE

Base 100



1 - Índice - 30/09/2010 = 100

2 - Índice - 30/06/2011 = 100

3 - TSR - Total Shareholder Return - Considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período

BASE ACIONÁRIA

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	0	0,0%	51.825.798	31,0%
União Federal	13.342.384	20,0%	258	0,0%	13.342.642	8,0%
Cia Brasileira de Energia	0	0,0%	7.434.389	7,4%	7.434.389	4,4%
BNDES	1	0,0%	734.576	0,7%	734.577	0,4%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	92.569.847	91,9%	94.006.481	56,2%
Total	66.604.817	100,0%	100.739.070	100,0%	167.343.887	100,0%

Em 30/09/2011

Clarissa Sadock
Diretora de Relações com Investidores
clarissa.sadock@aes.com
Tel: (11) 2195-7048

Gerente de RI	e-mail	Telefone
Roberta Tenenbaum	roberta.tenenbaum@aes.com	(11) 2195-7022

Analistas de RI	e-mail	Telefone
André Amorim	andre.amorim@aes.com	(11) 2195-2428
Daniel Kuratomi	daniel.kuratomi@aes.com	(11) 2195-7712
José Eduardo Szuster	jose.szuster@aes.com	(11) 2195-7691
Nathalia Boiseaux	nathalia.boiseaux@aes.com	(11) 2195-2344

www.aeseletropaulo.com.br/ri

ri.aeseletropaulo@aes.com

A AES ELETROPAULO CONVIDA PARA:

Teleconferência / Webcast

APRESENTAÇÃO:

Britaldo Soares - Diretor-Presidente

Rinaldo Pecchio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DATA: sexta-feira, 11 de novembro de 2011

HORÁRIO: 14h30 (BR) / 11:30 a.m. (EST)

CONEXÃO:

- **Brasil:** (+55 11) 4688-6361
- **EUA:** (1-888) 700-0802
- **Outros países:** (1 786) 924-6977

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA O INGLÊS.

CÓDIGO DA CONFERÊNCIA: AES Eletropaulo

REPLAY: (+55 11) 4688-6312

CÓDIGO: 2417208

DISPONIBILIDADE: 11/11/11 até 17/11/11

Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e download no website www.aeseletropaulo.com.br/ri.

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.

ANEXOS

Consumo Cativos - GWh	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
RESIDENCIAL	4.007,3	4.257,4	11.571,0	12.308,6	6,2%	6,4%
INDUSTRIAL	1.562,6	1.530,7	4.552,2	4.465,0	-2,0%	-1,9%
COMERCIAL	2.670,2	2.810,9	8.226,4	8.657,2	5,3%	5,2%
DEMAIS	674,5	708,1	2.002,5	2.092,3	5,0%	4,5%
TOTAL DE CONSUMO FATURADO	8.914,7	9.307,2	26.352,1	27.523,1	4,4%	4,4%
CONSUMO PRÓPRIO	11,3	11,4	34,3	34,2	0,6%	-0,4%
Total	8.926,0	9.318,5	26.386,4	27.557,3	4,4%	4,4%
Faturamento - R\$ Milhões						
RESIDENCIAL	1.279,9	1.329,3	3.620,6	3.832,5	3,9%	5,9%
INDUSTRIAL	442,4	431,1	1.250,5	1.233,0	-2,6%	-1,4%
COMERCIAL	803,1	840,4	2.410,8	2.560,0	4,7%	6,2%
DEMAIS	166,1	173,6	479,1	509,0	4,5%	6,2%
Total	2.691,4	2.774,4	7.761,1	8.134,6	3,1%	4,8%

Consumo Clientes Livres - GWh	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
INDUSTRIAL	1.471,3	1.514,3	4.191,7	4.445,7	2,9%	6,1%
COMERCIAL	233,0	251,8	717,7	811,9	8,1%	13,1%
DEMAIS	318,4	330,4	936,6	988,3	3,8%	5,5%
Total	2.022,7	2.096,6	5.846,0	6.245,8	3,7%	6,8%

Consumo Total (Incluindo Clientes Livres) - GWh *	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
RESIDENCIAL	4.007,3	4.257,4	11.571,0	12.308,6	6,2%	6,4%
INDUSTRIAL	3.034,0	3.045,0	8.743,8	8.910,7	0,4%	1,9%
COMERCIAL	2.903,2	3.062,8	8.944,1	9.469,0	5,5%	5,9%
DEMAIS	992,9	1.038,5	2.939,1	3.080,6	4,6%	4,8%
Total	10.937,4	11.403,7	32.198,1	33.768,9	4,3%	4,9%

* não inclui consumo próprio

TUSD	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
Receita Líquida - R\$ Milhões	163,2	177,3	459,7	533,4	8,7%	16,0%
GWh	2.022,7	2.096,6	5.846,0	6.245,8	3,7%	6,8%
Tarifa (R\$/GWh)	80,7	84,6	78,6	85,4	4,8%	8,6%

TARIFA MÉDIA - R\$/MWh	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
RESIDENCIAL	319,4	312,2	313	311	-2,2%	-0,5%
INDUSTRIAL	283,1	281,6	275	276	-0,5%	0,5%
COMERCIAL	300,8	299,0	293	296	-0,6%	0,9%
DEMAIS	246,2	245,1	239	243	-0,4%	1,7%
TOTAL	301,9	298,1	295	296	-1,3%	0,4%

Demonstração dos Resultados	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
Receita Bruta	3.748,7	3.936,8	10.738,9	11.402,6	5,0%	6,2%
Deduções à Receita Operacional	(1.287,0)	(1.380,1)	(3.693,0)	(4.031,5)	7,2%	9,2%
Receita Líquida	2.461,7	2.556,7	7.045,8	7.371,1	3,9%	4,6%
Despesas Operacionais	(1.690,7)	(1.713,4)	(5.005,6)	(5.129,1)	1,3%	2,5%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.115,9)	(1.177,7)	(3.187,9)	(3.322,4)	5,5%	4,2%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(275,3)	(342,2)	(847,7)	(897,3)	24,3%	5,8%
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	(163,6)	(168,6)	(460,6)	(475,2)	3,1%	3,2%
Materiais	(10,4)	(11,3)	(26,1)	(36,0)	7,9%	38,1%
Serviços de Terceiros	(108,0)	(107,0)	(281,5)	(331,7)	-0,9%	17,8%
Outros	(17,5)	93,5	(201,8)	(66,5)	N.D.	-67,0%
Outras Receitas e Despesas	(168,8)	(201,4)	(170,1)	(525,8)	19,3%	209,0%
EBITDA	602,3	641,8	1.870,1	1.716,2	6,6%	-8,2%
			-	-		N.D.
Desp. Passivo - FCESP	39,5	26,6	118,4	80,0	-32,6%	-32,5%
EBITDA Ajustado	641,7	668,4	1.988,6	1.796,1	4,2%	-9,7%
Depreciação e Amortização	(124,7)	(125,7)	(375,0)	(377,4)	0,9%	0,7%
Receitas Financeiras	78,6	116,7	202,1	254,8	48,5%	26,1%
Despesas Financeiras	(76,5)	(105,8)	(175,9)	(308,5)	38,3%	75,4%
Var. Cambial/Mont. (Liq.)	24,1	0,9	45,8	54,2	-96,2%	18,4%
Resultado Financeiro	26,2	11,8	72,0	0,5	-55,2%	-99,3%
Resultado antes da Tributação	503,8	527,9	1.567,2	1.339,2	4,8%	-14,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(175,7)	(179,7)	(530,3)	(453,7)	2,3%	-14,4%
Lucro (prejuízo) Líquido	328,1	348,2	1.036,9	885,4	6,1%	-14,6%

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
Residencial	1.613,5	1.703,9	4.589,1	4.898,8	5,6%	6,7%
Comercial	978,1	1.023,7	2.936,7	3.118,3	4,7%	6,2%
Industrial	539,4	527,0	1.524,6	1.507,0	-2,3%	-1,2%
Rural	1,8	0,9	2,9	2,7	-47,3%	-9,1%
Poder Público	103,0	107,1	295,7	316,3	3,9%	7,0%
Iluminação Pública	44,5	46,0	132,5	132,5	3,4%	0,0%
Serviço Público	42,8	45,9	121,8	134,4	7,2%	10,3%
Total de Fornecimento	3.323,2	3.454,7	9.603,4	10.110,0	4,0%	5,3%
Outros						
Transmissoras (Ofício de Encerramento nº. 2.409/2007)	-	-	(0,2)	-	N.D.	-100,0%
Energia no Curto Prazo	13,3	8,5	19,0	27,4	-36,1%	44,7%
Não Faturado	23,7	(10,4)	75,5	6,8	N.D.	-91,0%
Dif. de alíquota - PIS/Cofins - Não Faturado	0,8	30,8	9,4	(6,0)	3780,1%	N.D.
Rec. Disponibilidade da Rede Elétrica (TUSD)	204,7	210,8	558,8	630,5	3,0%	12,8%
Outros	183,1	242,5	473,1	633,9	32,4%	34,0%
Total Outros	425,5	482,1	1.135,5	1.292,6	13,3%	13,8%
Total Receita Bruta	3.748,7	3.936,8	10.738,9	11.402,6	5,0%	6,2%
Deduções do Resultado Bruto						
ICMS por classe						
Residencial	(350,7)	(374,6)	(985,6)	(1.066,3)	6,8%	8,2%
Comercial	(175,1)	(183,3)	(525,9)	(558,3)	4,7%	6,2%
Industrial	(97,0)	(95,9)	(274,1)	(274,0)	-1,1%	0,0%
Rural	(0,0)	(0,0)	(0,1)	(0,1)	11,8%	17,2%
Poder Público	(10,2)	(10,8)	(29,2)	(31,4)	5,6%	7,7%
Iluminação Pública	(8,0)	(8,2)	(23,8)	(23,7)	2,7%	-0,5%
Serviço Público	(6,9)	(7,4)	(19,8)	(21,6)	6,0%	8,8%
Outros	(32,9)	(35,6)	(92,9)	(107,3)	8,1%	15,5%
Total ICMS por classe	(680,9)	(715,8)	(1.951,4)	(2.082,7)	5,1%	6,7%
Outras						
Encargos do Consumidor - ECE	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(0,0)	-18,8%	61,6%
Encargos do Consumidor - RGR	(7,2)	(16,3)	(39,5)	(50,8)	127,3%	28,6%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(10,0)	(11,2)	(30,5)	(33,8)	12,6%	10,9%
Encargos do Consumidor - Lei nº. 12.111	(6,6)	(6,8)	(19,6)	(19,7)	3,4%	0,7%
Encargos Consumidor - Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	(22,3)	(22,7)	(66,1)	(65,7)	1,8%	-0,7%
Encargos Consumidor - CCC	(132,4)	(158,5)	(338,4)	(457,1)	19,7%	35,1%
Encargos Consumidor - CDE	(99,8)	(110,4)	(299,3)	(331,3)	10,7%	10,7%
Outros (PIS, Cofins e ISS)	(327,9)	(338,3)	(948,2)	(990,4)	3,2%	4,4%
Total Outras	(606,1)	(664,3)	(1.741,6)	(1.948,8)	9,6%	11,9%
Receita Líquida	2.461,7	2.556,7	7.045,8	7.371,1	3,9%	4,6%

Energia Elétrica Comprada para Revenda - R\$ Milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
AES Tietê Contrato Bilateral	466,8	521,6	1.326,1	1.326,2	11,7%	0,0%
ITAIPU	232,2	222,9	712,3	652,8	-4,0%	-8,4%
Bilaterais	14,2	15,1	28,2	24,8	6,1%	-12,2%
Curto Prazo / Disponibilidade	(15,1)	(7,5)	6,0	(5,7)	-50,1%	N.D.
Leilão - CCEAR	480,5	495,2	1.288,3	1.513,9	3,0%	17,5%
PROINFA	42,3	39,6	144,0	135,8	-6,4%	-5,7%
(-) Créditos - PIS/COFINS	(105,1)	(109,1)	(317,0)	(325,4)	3,8%	2,6%
Total	1.115,9	1.177,7	3.187,9	3.322,4	5,5%	4,2%

Encargos Uso Sistema de Transmissão e Distribuição - R\$ Milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
Rede Básica e ONS	237,8	250,8	684,1	683,4	5,5%	-0,1%
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	24,1	73,1	129,4	164,2	203,0%	26,9%
Transporte Itaipu / Outros	20,3	21,5	58,3	61,5	6,2%	5,5%
CUSD	5,4	5,9	16,2	17,6	9,4%	8,1%
Conexão	14,5	19,4	48,5	54,7	34,4%	12,7%
(-) Créditos - PIS/COFINS	(26,8)	(28,5)	(88,7)	(84,1)	6,6%	-5,3%
Total	275,3	342,2	847,7	897,3	24,3%	5,8%

Pessoal - em R\$ milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
Pessoal e Encargos	101,6	117,1	267,5	335,9	15,2%	25,6%
Entidade de Previdência	42,0	28,2	125,9	84,7	-32,7%	-32,7%
Acordos e Condenações Trabalhistas	20,0	23,3	67,2	54,6	16,7%	-18,7%
Total	163,6	168,6	460,6	475,2	3,1%	3,2%

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
PCLD e Baixas	(6,3)	(69,8)	64,0	(20,7)	1007,0%	-132,3%
Provisão (Reversão) para contingências	(13,7)	(90,1)	25,0	(64,0)	556,6%	-356,2%
Condenações e Acordos Judiciais	9,7	19,3	26,0	26,8	97,8%	2,9%
Demais *	27,8	47,2	86,8	124,5	69,7%	43,5%
Total	17,5	(93,5)	201,8	66,5	-633,6%	-67,0%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Resultado Financeiro - R\$ milhões	3T10	3T11	9M10	9M11	Var (%) 3T11 x 3T10	Var (%) 9M11 x 9M10
Receitas financeiras:						
Renda de aplicações financeiras	45,7	33,6	99,9	113,0	-26,6%	13,2%
Selic - FINSOCIAL	-	54,3	-	54,3	N.D.	N.D.
Acréscimo moratório - consumidores	20,3	21,5	58,5	63,3	5,7%	8,1%
Multas	3,9	1,2	10,0	5,2	-68,9%	-47,9%
Renda de Títulos e Valores Mobiliários Alienados - LFT	2,2	1,4	10,9	3,9	-36,3%	-64,1%
Benefícios da Lei 11.941 - REFIS	-	-	-	-	N.D.	N.D.
Outras	6,3	4,7	22,7	15,0	-26,4%	-33,9%
Subtotal	78,6	116,7	202,1	254,8	48,5%	26,1%
Despesas financeiras:						
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(86,3)	(96,3)	(252,1)	(269,2)	11,6%	6,8%
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	0,1	0,1	0,2	0,1	-15,2%	-17,4%
(-) Transferido para o custo das imobilizações em curso	7,4	7,8	18,8	26,3	5,2%	39,9%
Operações de swap	-	-	-	-	N.D.	N.D.
Juros e Multa sobre Pis/Pasep e Cofins	20,1	-	19,2	0,7	-100,0%	-96,1%
CPMF	-	-	(0,5)	-	N.D.	-100,0%
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(0,0)	(7,3)	(0,7)	(19,6)	14799,8%	2525,4%
Outras	(17,6)	(10,0)	39,3	(47,0)	-43,4%	N.D.
Subtotal	(76,5)	(105,8)	(175,9)	(308,5)	38,4%	75,4%
Variação monetária e cambial líquida:						
Moeda Nacional	15,2	23,5	42,2	72,6	55,0%	71,8%
Moeda Estrangeira	8,9	(22,6)	3,6	(18,3)	N.D.	N.D.
(-) Transferido para o custo das imobilizações em curso	0,0	(0,0)	0,0	(0,0)	N.D.	N.D.
Subtotal	24,1	0,920	45,8	54,2	-96,2%	18,4%
Total Despesa Financeira	(52,4)	(104,9)	(130,0)	(254,3)	100,3%	95,6%
Total Resultado Financeiro	26,2	11,8	72,0	0,5	-55,2%	-99,3%

ATIVO (R\$ milhões)	30/9/2010	30/9/2011
CIRCULANTE	3.837,0	3.035,3
Disponibilidades	1.603,7	878,1
Contas a Receber	1.726,9	1.761,8
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(383,1)	(359,0)
Tributos e Contribuições Sociais	664,8	529,3
Estoques	68,3	55,1
Outros Créditos	156,4	169,9
NÃO-CIRCULANTE	8.110,7	8.153,5
Tributos e Contribuições Sociais	865,8	682,5
Contas a Receber	189,2	100,6
Provisão para Devedores Duvidosos	(146,7)	(57,0)
Ativo Financeiro de concessão	789,4	1.012,5
Outros Créditos	583,4	540,9
Investimentos	9,5	9,5
Imobilizado	58,8	11,0
Intangível	5.761,3	5.853,5
TOTAL DO ATIVO	11.947,7	11.188,9

PASSIVO (R\$ milhões)	30/9/2010	30/9/2011
CIRCULANTE	3.215,5	2.833,1
Fornecedores	903,7	1.003,7
Empréstimos, Financiamentos e Debentures		
Moeda Nacional	345,2	250,8
Moeda Estrangeira	0,0	0,0
Fundação CESP	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	965,1	948,9
Folha de Pagamento	1,3	2,4
Provisões	218,4	114,7
Dividendos e JSCP Declarados	331,7	26,7
Outros	450,1	485,7
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.248,1	4.845,8
Impostos, Taxas e Contribuições	823,9	768,8
Empréstimos, Financiamentos e Debentures		
Moeda Nacional	2.425,1	2.184,5
Moeda Estrangeira	-	0,0
Fundação CESP	1.392,9	1.268,1
Provisões	425,5	355,5
Outros	180,7	268,8
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.484,1	3.510,0
Capital Social Realizado	1.057,6	1.057,6
Reservas de Reavaliação	1.628,7	1.558,8
Reserva legal	170,5	227,8
Dividendos	-	-
Lucro do exercício	627,3	665,8
TOTAL DO PASSIVO	11.947,7	11.188,9

Endividamento			
Moeda Estrangeira - R\$ milhões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Lei 7976/89	0,0	0,0	0,0
Resolução 96/93 (Bib's)	0,0	0,0	0,1
Subtotal	0,0	0,0	0,1

Moeda Local - R\$ milhões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
RELUZ	0,8	2,1	2,8
CCB - Citibank	60,3	147,3	207,6
CCB - Bradesco	28,7	588,2	616,9
DEBÊNTURES - 9ª Emissão	3,8	244,2	248,0
DEBÊNTURES - 10ª Emissão	199,8	198,6	398,4
DEBÊNTURES - 11ª Emissão	11,6	199,1	210,7
DEBÊNTURES - 12ª Emissão	26,2	397,9	424,1
DEBÊNTURES - 13ª Emissão	20,6	393,5	414,1
Leasing	8,0	5,3	13,3
Outros	0,3	3,0	3,3
Subtotal	360,0	2.179,2	2.539,2
Total sem Fundação CESP	360,1	2.179,2	2.539,3
Fundação Cesp - Confissão de Dívida	0,0	588,2	588,2
Fundação Cesp - Ajuste de Reserva Matemática	0,0	679,9	679,9
Fundação Cesp - Custo Atuarial	0,0	0,0	0,0
Total com Fundação CESP	360,1	3.447,3	3.807,4

R\$ milhões

Dívida	3.807,4
Disponibilidades*	878,1
Dívida Líquida	2.929,2
Leasing	13,3
Dívida Líquida sem Leasing	2.915,9

* Caixa + Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração dos Resultados	3T10	3T11	9M10	9M11
Receita Líquida	104,1	241,8	109,1	383,6
Despesas Operacionais	(25,0)	(143,9)	135,8	(51,3)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(17,2)	(86,3)	96,3	3,1
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(7,8)	(57,6)	40,5	(54,4)
Serviços de Terceiros	-	-	(1,7)	-
Outros	-	-	0,8	-
Outras Receitas e Despesas	0,0	-	0,0	-
EBITDA	79,0	97,9	244,9	332,3
Depreciação e Amortização	-	-	-	-
Receitas Financeiras	0,1	(1,5)	(14,4)	(7,7)
Despesas Financeiras	-	-	-	-
Var. Cambial/Monetária (Liq.)	2,5	(17,1)	29,1	(0,4)
Resultado Financeiro	2,6	(18,6)	14,7	(8,1)
Resultado antes dos Tributos	81,6	79,2	259,6	324,2
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27,8)	(26,9)	(88,3)	(110,2)
Lucro (prejuízo) Líquido	53,9	52,3	171,3	214,0

Ativos e Passivos Regulatórios					
ATIVO (R\$ milhões)	04.06.2008 a 04.06.2009	04.06.2009 a 04.06.2010	04.06.2010 a 04.06.2011	04.06.2011 a 04.06.2012	Total
CIRCULANTE	478	47.056	97.298	47.449	192.281
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	13.133	2.285	15.418
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	17.529	4.527	22.056
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	22.606	-	5.765	28.371
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	24.450	-	217	24.667
Transporte de energia - Itaipu	-	-	43	371	414
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	5.942	5.942
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	166	315	481
Compra de energia elétrica	-	-	17.794	9.905	27.699
Baixa renda - Subsídio	-	-	18.802	6.145	24.947
Desc. na demanda da TUSD	-	-	29.831	6.905	36.736
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	5.072	5.072
Transmissoras	478	-	-	-	478
NÃO-CIRCULANTE	-	-	36.121	195.760	231.881
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	6.856	6.856
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	13.580	13.580
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	-	17.294	17.294
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	-	651	651
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	1.113	1.113
Transporte de energia pela rede básica	-	-	-	17.826	17.826
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	39	39
Compra de energia elétrica	-	-	-	29.608	29.608
Sobrecontratação	-	-	-	54.427	54.427
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	36.121	15.217	51.338
Baixa renda - Subsídio	-	-	-	18.434	18.434
Desc. na demanda da TUSD	-	-	-	20.715	20.715
TOTAL DO ATIVO	478	47.056	133.419	243.209	424.162
PASSIVO (R\$ milhões)	04.06.2008 a 04.06.2009	04.06.2009 a 04.06.2010	04.06.2010 a 04.06.2011	04.06.2011 a 04.06.2012	Total
CIRCULANTE	-	(58.569)	(417.466)	(219.969)	(696.004)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	(25.816)	-	-	(25.816)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(3.425)	-	-	(3.425)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(219.752)	(31.450)	(251.202)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	(4.481)	-	(4.481)
Transporte de energia pela rede básica	-	(312)	(9.205)	-	(9.517)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	(9.134)	(1.067)	(10.201)
Compra de energia elétrica	-	(25.287)	-	(37)	(25.324)
Proinfa	-	(3.729)	(2.821)	(493)	(7.043)
Sobrecontratação	-	-	(33.128)	-	(33.128)
Impacto Revisão Tarifária Fator Xe	-	-	(30.511)	-	(30.511)
Impacto da postergação da Revisão Tarifária	-	-	-	(182.390)	(182.390)
Efeito Neutralidade	-	-	(67.469)	-	(67.469)
CVA Financeiro 2010 2011	-	-	(40.965)	(4.532)	(45.497)
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	-	(67.124)	(111.714)	(178.838)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	-	(94.347)	(94.347)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	-	(2.294)	(2.294)
Efeito Neutralidade	-	-	-	(13.594)	(13.594)
Impacto Revisão Tarifária Fator Xe	-	-	(67.124)	-	(67.124)
Proinfa	-	-	-	(1.479)	(1.479)
TOTAL DO PASSIVO	-	(58.569)	(484.590)	(331.683)	(874.842)
TOTAL GERAL - Líquido	478	(11.513)	(351.171)	(88.474)	(450.680)

GLOSSÁRIO

ACL - Ambiente de Contratação Livre. Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

ACR - Ambiente de Contratação Regulada. Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição. As operações são precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

ALTA TENSÃO - Unidade Consumidora atendida em tensão nominal igual ou superior a 69kV.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica: autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando, sempre, a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

BAIXA TENSÃO - Unidade Consumidora atendida com tensão nominal igual ou inferior a 1kV.

CAT - Coordenadoria da Administração Tributária. Área pertencente à Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo.

CBEE - Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial.

CCC - Conta de Consumo de Combustível. É um fundo cobrado de todos os consumidores e embutido na tarifa de energia elétrica. Seus recursos são destinados à geração termelétrica do sistema isolado (Região Norte), cuja fonte de calor é o óleo diesel ou outros derivados do petróleo. A CCC é gerida pela Eletrobrás. A necessidade do uso de combustíveis fósseis para geração termelétrica é determinada com base num planejamento feito pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético. É usada para promover a competitividade da energia elétrica produzida por usinas que utilizam fontes alternativas: eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, carvão mineral nacional, etc. Parte dos recursos provenientes da Conta também é repassada para a universalização da energia elétrica no País. O custo da CDE é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado. Os consumidores dos Sistemas Isolados estão isentos desse custo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Taxa de referência no mercado de juros, originada da média negociada entre instituições financeiras.

Clientes Livres - São consumidores de energia que, de acordo com a Lei 9.074, de julho de 1995, e Resolução Aneel 264, de 13 de agosto de 1998, podem optar por comprar energia de qualquer distribuidor/ comercializador, negociando livremente o preço e duração do fornecimento de energia elétrica, conforme legislação e regulamentos específicos.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza.

Cusd - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição. Encargo decorrente da contratação de redes de distribuição de outras concessionárias para levar energia elétrica a consumidores dispostos em regiões cujo acesso se faz por meio da passagem por áreas de concessão alheias à da AES Eletropaulo, dependendo da disposição geográfica da rede.

Cust - Contrato do uso do Sistema de Transmissão, a ser assinado pela Unidade Suprida com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Contratação do acesso aos sistemas de transmissão não vinculados aos Contratos Iniciais.

CVA - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A.

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. Indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período, geralmente mensal.

Energia Reativa - corresponde à energia armazenada nos enrolamentos de motores ou transformadores, sob a forma de energia magnética, produzindo um campo magnético que origina o fluxo magnético necessário ao funcionamento da máquina.

EAEE - Encargo de aquisição de energia emergencial.

ECE - Encargo de Energia Emergencial - Encargo pago pelos consumidores e repassado pelas distribuidoras para a CBEE para custear locação de plantas térmicas para serem utilizadas quando de eventual redução dos reservatórios hídricos.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética.

ESS - Encargos de Serviços do Sistema - Valores monetários destinados à recuperação dos custos não cobertos pelo Preço do MAE, incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional para atendimento ao consumo.

Fator X - Mecanismo que permite repassar aos consumidores, por meio das tarifas, projeções de ganhos de produtividade das distribuidoras de energia elétrica.

FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. Indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora.

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Gigawatt (GWh) - Unidade de energia equivalente a um bilhão de watts por hora.

IASC - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor. É o resultado da pesquisa entre consumidores residenciais que a Agência realiza todo ano para avaliar o grau de satisfação com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. A pesquisa abrange toda a área de concessão das 64 distribuidoras no País.

LTA - Linhas de Transmissão Aérea.

MÉDIA TENSÃO - Unidade Consumidora atendida em tensão nominal maior que 1 kV e menor que 69 kv.

ONS - Operador Nacional de Sistemas Elétricos. Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PLD - Preço de Liquidação das Diferenças. É utilizado para valorar a compra e a venda de energia no Mercado de Curto Prazo.

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo.

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

RGR - Reserva Global de Reversão, destinada à reversão, encampação e concessão de empréstimos às concessionárias para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Instituída pela Lei nº. 5.655, de 20 de maio de 1971, deveria terminar em 2002, mas foi prorrogada até o ano de 2010, conforme estabelecido pela Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002. É fixada em até 2,5% da quota anual de reversão que incidirá sobre os investimentos das concessionárias e permissionárias, observado o limite de 3% da receita anual.

RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. Aumento tarifário, temporário, autorizado pelo art. 4º da Medida Provisória nº. 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº. 10.438, de 2002.

SWAP - operações que tem por finalidade reduzir a exposição à volatilidade da taxa de câmbio incidente sobre empréstimos e financiamentos denominados em dólar.

TFSEE - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica pago para a Aneel.

TMA - Tempo Médio de Atendimento. Indicador destinado a medir o tempo médio entre uma reclamação de interrupção de energia elétrica e seu restabelecimento, no período de apuração considerado.

TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição. Estabelecida pela Aneel e reajustada anualmente.

VPA - Custos não-gerenciáveis.

VPB - Custos gerenciáveis.